

DIRETOR: FRANCISCO PINTO BALSALHO

ALVARO PEREIRA

ALVARO PEREIRA

C. de Ministros ocupa-se de informação, cinema e teatro

Os membros do Conselho de Ministros ocuparam-se esta tarde de assuntos de informação, cinema e teatro...

C.I.P. pede 40 mil contos

A C.I.P. (Comissão Interministerial de Estudos e Estudos) pediu 40 mil contos para a realização de estudos...

Reunião da Comissão Nacional de Eleições

A Comissão Nacional de Eleições reuniu-se esta tarde para discutir o processo eleitoral...

Termina hoje a II Conferência Nacional do MRPP

A II Conferência Nacional do MRPP terminou hoje com a aprovação de um programa político...

Conversações Portugal-Moçambique

As conversações entre Portugal e Moçambique continuam a decorrer em Lisboa...



Uma reunião de trabalho da Comissão Nacional de Eleições...

Tribunal revolucionário com julgamento público

Um dos seus membros, o juiz revolucionário, afirmou que o julgamento será público...

Os membros do tribunal revolucionário estão preparados para julgar os acusados...

Fundo de Apoio Financeiro da OCDE 150 milhões de dólares - quota de Portugal

O Fundo de Apoio Financeiro da OCDE oferece a Portugal uma quota de 150 milhões de dólares...

Este fundo destina-se a apoiar projetos de desenvolvimento económico em Portugal...

Agência noticiosa do Estado num Ministério da Comunicação e da Cultura

A criação de uma agência noticiosa do Estado será feita no âmbito do Ministério da Comunicação e da Cultura...

Esta medida visa melhorar a comunicação oficial do Estado com os cidadãos...

Os partidos em campanha eleitoral

RECIME PRESIDENCIALISTA MILITAR. Logos of various political parties including LEC, LGA, MES, COB, EFP, UDF, PPM, and others.

Expressoeleições

Expressoeleições. Three portraits of men with text: 'para o "socialismo português"', 'para Mário Soares o verdadeiro', 'para Francisco Sá Carneiro o verdadeiro'.

E a Igreja e a Revolução com um depoimento do Presidente da Conferência Episcopal

Agência noticiosa do Estado num Ministério da Comunicação e da Cultura

A criação de uma agência noticiosa do Estado será feita no âmbito do Ministério da Comunicação e da Cultura...

Esta medida visa melhorar a comunicação oficial do Estado com os cidadãos...

António Martins sai do Gabinete da Área de Sines

António Martins saiu do Gabinete da Área de Sines para assumir novas funções...

A sua saída é considerada uma mudança importante na estrutura do gabinete...

António Martins vai assumir as funções de chefe de gabinete da Área de Sines...

Esta mudança é vista como uma reorganização necessária para melhorar a eficiência...

OMEGA Speedmaster. Advertisement for Omega watches, featuring three watch images and the text 'o relógio usado nas viagens espaciais'.

C. de Ministros ocupa-se de informação, cinema e teatro

EM REUNIÃO de ontem à tarde do Conselho de Ministros eleito, foi sancionada a proposta de declaração de falência da Companhia Nacional Editora (Época), com salvaguarda dos direitos dos trabalhadores que receberão as indemnizações a estipular.

Na mesma sessão, a que estiveram presentes além do Primeiro-Ministro, os ministros das Finanças, Justiça, Negócios Estrangeiros, Trabalho e Comunicação Social, foram apreciados os projetos referentes aos estatutos de uma empresa noticiosa a criar, com a designação de «Portugal Press», (ver notícia noutra página) e os de decretos-leis respeitantes à participação do Instituto Português de Cinema na produção de filmes, a requisição por parte do Estado de recintos de teatro e ainda outro referente ao regime jurídico de extradição.

C.I.P. pede 40 mil contos

A CIP (Confederação das Indústrias Portuguesas) encontra-se a lidar com graves problemas económicos, isso mesmo levou os seus dirigentes a convocar um conjunto de gestores empresariais, quem expôs as suas dificuldades, e apresentou um exaustivo programa de actividades para os próximos meses.

Segundo círculos normalmente bem informados, as necessidades da CIP orçariam pelos 40 000 contos, quantia esta considerada indispensável para prosseguir a sua actividade normal.

As fontes de financiamento da CIP até agora eram as contribuições das empresas nela filiadas, determinadas de acordo com uma percentagem sobre as possibilidades económicas das empresas.

A situação geral da economia portuguesa, bem como a de muitas das empresas contribuintes veio condicionar o montante de financiamento de que tentavam dispor a CIP.

Por outro lado, o desenvolvimento da sua actividade como unicamente a única Confederação Patronal portuguesa, levou a CIP a dispendir largas somas em actividades de contactos com as suas bases, bem como sucessivas deslocações ao estrangeiro da seus dirigentes, com o objectivo de contactar os meios empresariais de diversos países ocidentais, paralelamente, a CIP deu uma campanha maciça de publicidade nos mais diversos órgãos de informação.

Segundo os mesmos círculos, a reunião teria sido relativamente positiva, de forma a garantir à CIP um mínimo de financiamento para que se não verifique o apagamento da sua actividade.

Reunião da Comissão Nacional de Eleições

COMISSÃO Nacional de Eleições na sua reunião ordinária de ontem, apreciou vários problemas relacionados com a campanha eleitoral, alguns dos quais apresentados por partidos políticos.

Considerou-se a questão do abuso de funções por um candidato, induzindo os eleitores a não votar em determinados locais e ordenaram-se diligências no sentido da aplicação do artigo 6.º da Lei Eleitoral.

Decidiu-se desaconselhar a utilização da réplica dos boletins de voto para fins de propaganda partidária por susceptível de induzir em erro e confusão os eleitores quanto à sua opção no exercício do direito de voto.

Apreciou-se o uso do direito de antena pelos diversos partidos, no seguimento da advertência constante do comunicado da comissão anterior, de que não estava a ser cumprido o art.º 63.º da Lei Eleitoral.

Foram ainda analisados problemas de esclarecimento objectivo do eleitorado.

A próxima reunião ordinária está marcada para o dia 14, às 13,00 horas.

Termina hoje a II Conferência Nacional do MRPP

CONSIDERANDO que a situação política sofreu uma radical alteração com o golpe fascista-stalinista e o contra-golpe social-fascista que se lhe seguiu, o MRPP convocou para os dias de ontem e hoje a sua II Conferência Nacional, que se debruçará sobre a política futura daquele partido.

Proibido de realizar comícios de propaganda, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado convocou uma sessão pública de encerramento da Conferência para hoje, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos.

Recorde-se que a I Conferência Nacional do MRPP adoptou, há um ano, resoluções políticas que têm norteado a actuação dos seus militantes e simpatizantes desde há um ano a esta parte.

Conversações Portugal-Moçambique

LOURENÇO MARQUES (Do nosso correspondente) — A transferência do Banco Nacional Ultramarino para Moçambique é um dos pontos que se espera fique hoje resolvido entre a delegação portuguesa chefiada pelo secretário de Estado da Cooperação Externa, dr. Jorge Sampaio, e a delegação da Índia (Ver pág. 7), esperando-se que na essência fiquem resolvidos os problemas, devendo ser assinados os protocolos do Acordo Geral de Cooperação, Cooperação Técnica e dupla Tributação.

Quando a Caboverde as conversações estão a decorrer em bom sentido, segundo fomos informados.

Um pacto e 4 perguntas

COM A ASSINATURA ontem feita do pacto entre o Conselho da Revolução e metade dos partidos políticos legalizados, encerra-se mais um capítulo da revolução portuguesa de 1974.

Os seis partidos que decidiram assinar (nos quais se incluem os quatro da coligação), obterão, muito provavelmente, nas próximas eleições para a Constituinte, mais de 95% dos votos o que — se não tomarmos em consideração a ausência (importante, aliás) dos partidos legalizados — significa que a quase totalidade dos eleitores (excepto os que se abstiverem ou votarem em branco) é arrastada pela decisão das cúpulas partidárias de aceitarem, durante 3 a 5 anos os princípios constitucionais pré-determinados pelo MFA.

Embora a margem de manobras dos partidos tenha sido alargada em certos pontos (sobretudo em relação ao projecto inicial do MFA) as bases fundamentais em que assentará a Constituição encontram-se, portanto, estabelecidas. Esta constatação demonstra, mesmo para os que o não queiram ver, que, neste momento, em Portugal, o poder militar é superior aos dos partidos políticos. Poderá dizer-se que o poder militar necessita do apoio dos partidos, pelo menos de alguns (em princípio, os que aceitaram, sem reticências, a plataforma ontem formalmente acordada); poderá sustentar-se que a revolução funciona porque o elemento povo é tão importante como o elemento MFA; poderá defender-se, inclusive, que o poder militar atravessa ele próprio uma crise de autoridade, como o prova a indisciplina em diversas unidades, denunciada, aliás, por diversos militares. Mas o distanciamento, a «independentização» do MFA em relação a todos os partidos, sem excepção parecem tornar-se cada vez mais claros.

Se é assim, há algumas perguntas a fazer.

A primeira respeita às possíveis reacções dos partidos que se habituaram a declarar-se aliados exclusivos do MFA e intérpretes fidelíssimos do seu pensamento. Que farão (e quando farão?), ao reconhecerem (e já o devem ter reconhecido), que perderam o lugar privilegiado que julgavam ter?

A segunda interrogação reporta-se aos restantes partidos, quer aos que aceitaram o pacto, quer aos que o não assinaram. Que papel passarão a ter? Ou melhor: poderão continuar a ser o que têm sido ou precisarão reconverter-se e, em caso afirmativo (as declarações de Rosa Coutinho ao «Libération» e à ANI são, neste capítulo, sintomáticas e esclarecedoras), como?

Uma terceira questão, essa relativa ao MFA, se pode colocar. Como evoluirá ele, se atendermos a que, na Assembleia, como no Conselho da Revolução, é impossível que não exista (e outra coisa não seria desejável) um pluralismo de opiniões (e de consequentes opções, partidárias e não só) acerca do como e do quando da via socialista escolhida?

Da resposta a estas quatro perguntas, que não podem ser encaradas separadamente nem devem ser isoladas do condicionalismo vigente (situação económica, social e cultural, anarco-populismo, preservação e alargamento das liberdades individuais, política externa, etc), depende em grande parte o futuro do pacto ontem assinado; não tanto quanto à possibilidade ou impossibilidade do seu cumprimento, mas quanto ao modo como, dentro (e fora) dele, se exercerem, entrecrocarem ou conjugarem as forças em presença.

O documento ontem subscrito é, acima de tudo, uma declaração de intenção, um contrato-promessa, que as partes intervenientes terão de ratificar, repetidas vezes, ao longo do período de transição, pela sua actuação e pelo veredicto indispensável da soberania do povo.

A resposta que for dada às quatro perguntas atrás feitas revelará quem assumiu conscientemente as suas responsabilidades e quem foi apenas oportunista, quem agiu por convicção e com coragem e quem actuou com medo e com dissimulação, quem atentou no interesse nacional e quem somente pensou em posições partidárias e pessoais.

Hardy, Yves

Eleições: uma pedra na engrenagem?

Yves Hardy

25 DE ABRIL, 28 de Setembro, 11 de Março: a história do novo Portugal cumpre-se entre estas três datas. História também duma progressiva radicalização do MFA, através duma série de choques em ricochete consecutivos às estocadas das forças atiradas mais à direita no tabuleiro do xadrez político. Nesta marcha em frente, o próximo prazo eleitoral instaura uma ruptura, uma deslocação do local, onde, de há um ano para cá, se afrontam elementos progressistas e conservadores. Que fortes imperativos obrigam estes militares — não extraindo o seu poder senão da sua própria força — a passar este exame, permitindo conferir à sua experiência o labelo ocidental de «democrática»!

A observação é tanto mais valiosa, quanto são já previsíveis os resultados globais destas eleições: as urnas devem consagrar uma coligação maioritária PS/PPD cujo projecto comum, com escassas diferenças, está apto a assegurar a defesa duma economia de mercado com o apoio sem reservas, da social democracia europeia.

Expresso assim, o papel de travão que constituem estas eleições em relação à

dinâmica impulsionada depois do 25 de Abril, sob a autoridade do MFA, aparece pois mais claramente. De há um ano para cá, com efeito, esta dinâmica articulou-se em volta da ala esquerda do MFA que assegurou progressivamente — ao ritmo de algumas crises — a sua hegemonia, sobre o órgão dirigente do Movimento actualmente o Conselho Superior da Revolução.

Se os membros desta instância não exprimem todos os mesmos projectos políticos, a maior parte deles, no entanto, estão de acordo para condenar a manutenção do país na órbita ocidental, à maneira do PS/PPD, bem como a perpetuação das dependências — quer se trate da linha «terceiro-mundista», dita de «independência nacional» de Melo Antunes, ou da via capitalista de Estado, na versão autoritária defendida por Vasco Gonçalves, — todos são unânimes pela transformação do «status quo» actual.

Uma nova dinâmica

Mas o mais interessante da situação actual, é a

possibilidade entrevista, duma continuação do processo de radicalização referido, sob o duplo impulso interior e exterior ao MFA. Esta nova dialéctica, que pode funcionar abertamente depois da saída dos Spínolistas apoiase no seguinte:

1) a multiplicação dos «comités» de soldados nos quartéis e a entrada destes e de sargentos na Assembleia do MFA. Esta irrupção dos «filhos do povo», numa instituição que poderia ter sido ganha pelo espírito de casta, é também a melhor caução para a neutralização dos elementos mais direitistas (como os generais Mendes Dias e Fábilo), que continuam a ocupar inquietantes responsabilidades.

2) o desenvolvimento do movimento de ocupações (terras, casas, fábricas, equipamentos sociais,) as crescentes iniciativas tomadas pelas comissões de trabalhadores à margem da Intersindical, o impacto das campanhas de dinamização cultural, nas zonas rurais do norte... tudo isso constitui um surdo ferverilhar social — que nada tem a ver com a legalidade burguesa — e ao qual se encontra cada vez mais receptiva uma fracção (que não será

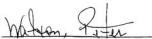
de menosprezar) do MFA, não satelizada pelo PC.

Dois centros de poder?

Desde logo, o alcance destas eleições é claro, — trata-se de saber se a Assembleia Constituinte moderada que será eleita no dia 25 de Abril, estará à altura de — apesar dos seus poderes atingirem um campo restrito — de travar um pouco o processo que alimentarão conjuntamente o movimento social a ala esquerdista do MFA.

Qual será o peso da intervenção destes eleitos, que tentarão extrair da sua legitimidade popular, uma base legal para entravar os projectos mais radicais do Conselho Superior da Revolução, ou as iniciativas revolucionárias do povo?

Se o pacto do MFA assinado pelos partidos políticos, garante para já uma supremacia jurídica, ao C:S:R: sobre a Assembleia Constituinte, será necessário aguardar os primeiros conflitos entre estes dois centros de poder para apreciar a margem de manobra desta última instituição — e saber se esta concessão à democracia formal, representada pelas eleições, não constitui a pequena pedrinha susceptível de bloquear a engrenagem.



ATE AO FIM DO PERIODO ELEITORAL, esta página continuará a ser preenchida com textos de jornalistas estrangeiros presentes em Lisboa que darão aos nossos leitores um ponto de vista de quem chega, de quem aprecia os acontecimentos a partir de ângulos e experiências diferentes dos que cá vivem e cá escrevem.

Na semana que passou publicámos colaboração de dois franceses, dos jornais "Libération" e "Temoignage Chrétien" e de um espanhol do diário "Informaciones".

Esta semana, temos Peter Watson do "Sunday Times" (um dos semanários londrinos mais prestigiosos, que vende 1 200 000 exemplares), Yves Hardy do parisiense "Politique Hebdo" e, finalmente, uma transcrição do jornal americano "Los Angeles Times" que

nos foi enviada pelo autor, Gerald Bender, especialista em assuntos da África Portuguesa, e que publicamos por tratar um dos pontos neste momento mais focados por todos os partidos nesta campanha.

Lamentamos não poder incluir um texto de um jornalista soviético da Novosti com que contávamos mas comunicou-nos o referido senhor esta semana ter a sua Agência decidido que os seus membros não se pronunciassem sobre os acontecimentos eleitorais. Poderia ser interpretado como uma interferência nos assuntos internos portugueses, o que — disse-nos — nunca foi nem é intenção de nenhum dos elementos soviéticos presentes em Portugal.

Uma lição para os partidos

Peter Watson

ADIVINHEM lá esta. Fui na semana passada ao meu primeiro comício político em Portugal. Como jornalista britânico (de um país onde, no ano passado, se fizeram duas eleições), espantaram-me três coisas. A primeira foi que ninguém, da assistência, se manifestasse ou interrompesse em qualquer momento qualquer dos oradores. Em segundo lugar que, ao longo de sete intervenções, nem uma só graça aflorou, daí resultando que nem uma só gargalhada se fizesse ouvir durante as duas horas e tal de sessão. Finalmente, os oradores surgiram-me vestidos de maneira que me surpreendeu: pessoas que eu viira em Lisboa na véspera de fato e gravata surgiram-me de «jeans» e camisola. A adivinha é esta: que partido era este?

Os detalhes neste caso são importantes porque fazem ressaltar as ansiedades dos partidos políticos portugueses neste momento eleitoral e ilustram os significados ocultos desta campanha. Quanto à ausência de humor, foi-me explicado por um dos oradores que interoguei a seguir, da seguinte maneira: por um lado, o eleitorado português gosta de

debates políticos a sério, não os tendo tido ao longo de 48 anos, mesmo que sejam maçadores. Por outro lado, o partido em questão insistia em fazer desta primeira parte da campanha um tempo de paz e de concórdia, evitando provocações e sarilhos. (Quem seria o partido?)

Embora aceitáveis, acho os argumentos insuficientes. As pessoas aprendem política nas suas famílias, nas suas igrejas, na escola, no trabalho. E nessas situações pessoais que os ambiciosos aprendem a manipular os outros — e essa manipulação é fundamental para uma carreira política bem sucedida. Nisto, os portugueses não são diferentes dos outros e não são menos sábidos do que os de outros países da Europa Ocidental. A escola e a fábrica não começaram a 25 de Abril.

Quanto ao argumento de tática para evitar problemas durante a campanha, é igualmente impropriedade. Ninguém de juízo deseja violência política mas impedi-la como tática esconde o verdadeiro problema (mais indícios para o esciarcimento do enigma). Desde que tais incidentes, quando ocorrem, não sejam obra de um grupo de

delinquentes, são sinal de mal estar político e se esse mal estar é atribuído a alguém (com razão ou sem ela) isso quer dizer que esse alguém é olhado como responsável por ele, pelo menos em parte. É obrigação de um partido nessas circunstâncias enfrentar tais acusações com honestidade e coragem. Não serve a ninguém tentar ignorá-las até depois das eleições.

Depois de passar um mês em Portugal a falar com partidos, militares e simples eleitores, parece-me que os partidos do centro (esta a última achega para adivinharem de quem se trata) não estão a fazer isso, o que traz como resultado que se deixem ultrapassar pelos acontecimentos políticos. O país inclinou-se decididamente para a esquerda e assim não só a ideologia dos partidos do centro está «fora da carroçama» as suas próprias técnicas eleitorais estão erradas. Outro partido, por exemplo (e não há prémios para quem adivinhar qual é este) encomendou uma série de sondagens secretas à IPOP. Nós, em Inglaterra, temos uma vasta experiência destas sondagens e bem sabemos, como aconteceu nas últimas eleições, a que ponto as

suas predições podem sair falsas, mas não é isso que interessa agora. O que interessa é que mesmo que as sondagens sirvam ao partido de base para conduzir com mais sucesso a sua campanha e ganhar assim mais lugares na Assembleia Constituinte, esta actividade clandestina não ajuda as instâncias políticas enquanto tais, a ganhar mais respeito, o que, em comparação com os militares, tanto precisam.

Creio que o período eleitoral irá contribuir para pôr a descoberto muitas inconsistências dos partidos de centro. Não quero dizer com isto que a linha política ou as técnicas eleitorais dos partidos de extrema-esquerda sejam melhores. Conselhos municipais, conselhos de fábrica e assembleias locais que alguns partidos defendem são, quanto a mim, frequentemente mais corruptos e ineficazes do que os corpos de decisão centrais como a assembleia nacional.

Parece-me que, ao entrar nesta segunda fase da campanha eleitoral, os partidos não conseguiram ainda preencher o vácuo político criado pelo golpe de 25 de

Abril, apesar de lutarem há um ano por posições de liderança. É interessante lembrar que uma das razões que levou o MFA em Novembro passado a começar a pôr a hipótese de institucionalização do Movimento foi precisamente o facto de as sondagens mostrarem que 60% por cento das pessoas não conhecia os partidos políticos nem os seus programas. A última sondagem a que já atrás me referi chegou sensivelmente aos mesmos resultados.

Os partidos não ajudaram as pessoas a fazer o caminho que estas estavam em direito de esperar.

É enorme o contraste com as Forças Armadas. Ao lado dos políticos, os homens do MFA são muito diferentes e bastante mais impressionantes do ponto de vista das pessoas. A máscara vivacidade de Rosa Coutinho, a serena inteligência de Viter Alves — qualidades muito evidentes quando se fala com eles — são inesquecíveis experiências para um jornalista que os visita. Creio que a isto são também sensíveis as pessoas — boa lição de relações públicas que os partidos bem podiam aprender.

O período eleitoral é

especialmente propício para se perceberem todos estes contrastes porque as atenções nacionais e internacionais convergem todas sobre eles. Mas o que acontece ao fim e ao cabo é que, como democrata que sempre fui, acho que a democracia está a ser mal vivida em Portugal. Não é que eu abandone inteiramente a ideia de que o retorno da democracia formal a este país é desejável mas a actuação das Forças Armadas é bem mais interessante, tanto em termos nacionais como internacionais. Mesmo que seja só por 5 anos que o MFA fique ligado ao Governo, terá sido sem dúvida a experiência social mais fascinante que já vi.

É possível que Portugal evolua no sentido de um sistema bi-cameral como o britânico, com câmara baixa eleita e câmara alta escolhida (composta de Lordes na Grã-Bretanha e de Forças Armadas em Portugal). Costuma chamar-se ao parlamento inglês o pai dos parlamentos mas é possível que Portugal esteja prestes a dar à luz uma nova fórmula que o mundo lhe agradecerá. Mas isto é uma outra adivinha que fica para depois.

REGIME PRESIDENCIALISTA MILITAR COM PARTIDOS POLÍTICOS

COM A ASSINATURA, feita ontem, do Acordo constitucional celebrado entre o MFA e alguns partidos políticos, inicia-se uma nova fase no processo político português posterior ao 25 de Abril.

Inicia-se, aliás, com um acto político de certa forma inédito nas experiências constitucionais da maioria dos Estados contemporâneos. Nestes, as Constituições são normalmente produto de um de dois factos: ou de uma deliberação soberana de Assembleias Constituintes, designadas por sufrágio universal ou directo (muitas vezes com posterior recurso a referendo), ou de uma outorga realizada por um grupo político detentor do poder (também algumas vezes com submissão a plebiscito). O caso exemplar da segunda via, nos nossos dias, é o de Constituições elaboradas pelas Forças Armadas no poder, e por elas unilateralmente outorgadas ou sujeitas a um plebiscito genérico.

A solução encontrada relativamente ao acordo ontem celebrado é uma solução híbrida — a Constituição será formalmente o resultado da actividade de uma Assembleia Nacional Constituinte, para o efeito feita; mas em termos práticos a síntese dos seus princípios programáticos e sobretudo a estrutura do poder político e administrativo ficam desde já definidos num Pacto que vincula um grande número de partidos políticos concorrentes às eleições.

valor jurídico

Pacto

A primeira dúvida que se levanta neste Pacto é a de saber qual o seu efectivo valor jurídico. Uma alternativa é a de revestir o Pacto a forma formal de uma lei constitucional e então o seu objecto seria a alteração das normas a que obedece o conteúdo dos trabalhos da futura Assembleia Nacional Constituinte. E, na medida em que houvesse respeito por algum ou alguns dos deputados dos partidos signatários das disposições, desse facto resultaria a necessária validade dos actos daqueles. Mas não parece plausível que este Acordo possa revestir a forma de uma Lei Constitucional. Primeiro porque não constitui um acto unilateral do órgão com poder constituinte (Conselho da Revolução). Em segundo lugar, porque do Pacto se encontram afastados os partidos que se recusaram a subscrevê-lo, e nem por isso os deixam de poder actuar ao abrigo da legislação vigente, designadamente

em matéria eleitoral. Por outro lado, nada na legislação existente prevê a celebração de um Acordo deste tipo, pelo que não é provável que ele seja antecedido da publicação de uma Lei Constitucional, provida do Conselho da Revolução, e que lhe daria o valor jurídico que de outra forma carece. **Tratar-se-ia então não de uma Lei Constitucional, mas de um Acordo com base numa Lei Constitucional.**

Vejamos agora quais os principais efeitos jurídicos da celebração do Acordo:

a) O Conselho da Revolução fica novamente vinculado a garantir a realização de eleições nos termos constantes da anterior legislação;

b) Essa Constituição será submetida ao Conselho da Revolução e, posteriormente, a promulgação pelo Presidente da República (ponto não explicitado no Programa do M. F. A.);

c) A composição do Governo no período que vai das eleições para a Constituinte até às eleições para a Assembleia Legislativa dependerá apenas da iniciativa dos órgãos do poder político provisório, e

não necessariamente do resultado das primeiras eleições;

d) Os partidos signatários da Plataforma estão vinculados a fazer incluir na nova Constituição os pontos constantes do Acordo.

A garantia do cumprimento deste último dever reside, por um lado, na necessidade de aprovação da Constituição pelo Conselho da Revolução antes de ser promulgada e, por outro lado, na actividade fiscalizadora exercida pela Comissão do MFA, que em colaboração com os partidos signatários acompanhará os trabalhos da Constituinte.

Mas, para além dos efeitos jurídicos, existem efeitos políticos deste Acordo. Ele vai distinguir a situação política dos partidos que o assinam. São os primeiros a serem considerados pelo texto do próprio Acordo como «partidos políticos autenticamente democráticos», e «partidos políticos que defendem os mais legítimos interesses do povo português». Só eles tenderão a participar activamente na próxima fase do processo revolucionário.

Conselho

da Revolução:

Órgão nuclear

da estrutura política

de na sua forma este modelo é inédito, no seu conteúdo não o é menos. Consagra um regime predominantemente militar, em alguns aspectos análogo ao de outros países (como por exemplo o Peru). Há também os partidos políticos com uma latitude não sendo tão grande como a de muitas democracias europeias modernas, é superior ao de democracias populares em que os órgãos militares desempenham também funções de relevo (pense-se na Alemanha). De-se que o futuro regime constitucional é definido por diversas ordens de prioridades. O órgão nuclear da estrutura política prevista no Pacto é o Conselho da Revolução. De uma maneira ele é um órgão que Chefe de Estado constitucional, na linha

lógica dos poderes que vêm já da Junta de Salvação Nacional e do presente Conselho da Revolução. Se escalonarmos os seus poderes teremos:

- a) A autodefinição da sua própria composição, embora de acordo com a Assembleia do MFA;
- b) A definição das orientações programáticas da política interna e externa (que normalmente competem ao Presidente da República);
- c) Julgar da constitucionalidade dos diplomas legislativos no aspecto mais importante que é o material e orgânico (os tribunais só podem julgar das violações de forma);
- d) Sancionar as leis que respeitem a todas as principais matérias da vida política, económica e social portuguesa (em termos mais amplos do que na actualidade);
- e) Legislar sobre a matéria militar e sobre qualquer outra matéria de interesse nacional e resolução urgente, quando os órgãos civis o não puderem fazer (faculdade também mais ampla do que agora);

f) Deliberar sobre a dissolução da Assembleia Legislativa (poder que normalmente compete ao Presidente da República);

g) Decidir sobre a declaração do estado de sítio;

h) Atribuir poderes constituintes à Assembleia Legislativa e propor a título exclusivo emendas à Constituição (poderes reservados do Presidente da República);

i) Designar substituto interino do Presidente da República;

j) Pronunciar-se sobre a escolha do Primeiro Ministro e três ministros de relevo;

k) Exercer funções de fiscalização do Governo, que normalmente competem a um Parlamento;

l) Exercer funções características de um órgão consultivo, tipo Conselho de Estado.

Temos, pois, um órgão militar com funções características de um sistema de governo presidencialista e que será o órgão máximo na estrutura efectiva do poder do Estado.

Um Presidente da República mandatário do Conselho da Revolução

Como consequência do que fica dito, o Presidente da República aparece como um mandatário qualificado do Conselho da Revolução, com poderes muito escassos para um sistema presidencialista, dependendo grande parte deles de deliberação do próprio Conselho da Revolução.

Neste contexto, é natural que o Presidente da República não seja eleito por sufrágio directo universal. Na lógica pura do Acordo, deveria ser designado pelo Conselho da Revolução. Mas optou-se por um sistema misto: será eleito por um Colégio Eleitoral de 490 membros no máximo, dos quais 240 serão membros da Assembleia do MFA e os restantes deputados da Assembleia Legislativa.

O Conselho da Revolução não está porém afastado desta eleição. Como faz parte da Assembleia do MFA, os seus membros também votam na escolha do Presidente da República. Se tivermos presente a possibilidade muito verosímil de a Assembleia

do MFA poder vir a ter uma posição unitária sobre o candidato a eleger (como no passado recente tem tido sempre posições extremamente unitárias) fica

claro o peso fundamental que as Forças Armadas têm nesta eleição. Não será provável que um qualquer candidato possa recolher votos civis superiores a 240 votos militares. E isto na hipótese de a Assembleia Legislativa ter 240 membros ou mais, o que poderá não vir a suceder (o Acordo só fala no máximo de 250 membros).

Por outro lado, o Acordo diz que no caso de não haver eleição por maioria absoluta à primeira volta, à segunda volta apenas serão admitidos os candidatos que tiverem obtido mais de vinte por cento dos votos no primeiro escrutínio. Supondo um Colégio Eleitoral de 490 membros, em que todos votam, teremos que vinte por cento são 98 votos. Ora, numa Assembleia Legislativa com 250 membros, 98 votos correspondem a quase quarenta por cento. Isto quer dizer que um candidato civil proposto por um partido político, sem apoio do MFA, não terá hipóteses de passar à segunda volta, porque não parece provável que nenhum partido obtenha quarenta por cento dos lugares no Parlamento. Resta a hipótese de um candidato proposto por uma coligação de partidos, que poderá passar à segunda volta, mas não ganhará contra um candidato apoiado pela Assembleia do MFA e por mais alguns deputados civis (bastariam mais 11, ou seja, quatro por cento da Assembleia Legislativa).

Assembleia do MFA

Outro órgão característico de um regime militar é a Assembleia do MFA. Ao invés do que sucede com o Conselho da

Revolução, o Acordo é muito vago quanto aos poderes da Assembleia do MFA. De concreto, apenas diz que participará no Colégio Eleitoral para a eleição do Presidente da República, e deliberará sobre alterações à composição do Conselho da Revolução.

Mas, em contrapartida, nada se diz sobre a intervenção da Assembleia do MFA em matéria de legislação militar, nem na escolha do Primeiro-Ministro e dos ministros da confiança do MFA.

Além disso, quem regulamentará o regime de funcionamento e a com-

posição da Assembleia do MFA é o Conselho da Revolução. Ou seja, em síntese, a Assembleia do MFA aparece desprovida de largas funções políticas, dependendo substancialmente do próprio Conselho da Revolução, esse órgão de Chefia do Estado convencional.

E a participação dos partidos?

Se o que fica dito até agora define um regime presidencialista convencional militar, resta ainda ver o papel dos órgãos de soberania civis.

Também quanto a estes é visível o predomínio de um sistema presidencialista: apesar de, na enumeração dos órgãos de soberania, o governo aparecer atrás da Assembleia Legislativa, depois, no resto do Acordo, aparece à frente dela. Os poderes do Governo são limitados pela competência legislativa de outros órgãos, designadamente o Conselho da Revolução. O Governo será sobretudo o órgão executivo, como acontece na actualidade.

Quanto à sua composição, deve notar-se que o sistema adoptado é mais uma vez híbrido: o Conselho da Revolução intervirá na escolha do primeiro-ministro e dos ministros da Defesa, da Administração Interna (de que dependem as polícias) e do Planeamento Económico; por outro lado, decalcou-se a respon-

sabilidade do Governo perante a Assembleia Legislativa, em termos de um parlamentarismo político.

Quanto à formação do Governo, adoptou-se uma solução de parlamentarismo moderado (só devendo haver voto de confiança da Assembleia Legislativa no caso de ter mudado mais de um terço do Governo). Já quanto ao regime das moções de desconfiança se foi para uma fórmula própria de um regime parlamentarista quase puro (admitindo-se moções de desconfiança sem limite temporal).

O sistema muito provavelmente será inoperacional e objecto de atenta revisão. Imagina-se o que será um governo permanentemente sujeito a moções de desconfiança, e portanto, a remodelações ministeriais. A não ser que a solução achada seja a de nunca alterar mais do que um terço dos ministros nem tocar nos que são da confiança do MFA. Mesmo assim, resta a alternativa de esse governo ligeiramente retocado ser logo de seguida sujeito a duas moções de desconfiança em menos de 30 dias.

Note-se que o Acordo nem sequer especificou

quais as matérias em que pode recair uma moção de desconfiança com efectivo peso político.

É este ponto o ponto mais débil de toda a construção do Acordo. Porque se o que se pretendia era entregar aos órgãos militares os principais poderes políticos e legislativos, esse objectivo está alcançado. Mas se se também pretendia assegurar um governo executivo, essa finalidade é que está longe de poder vir a ser garantida pelo conteúdo do Acordo. A não ser que sucessivas moções de desconfiança legitimem a dissolução da Assembleia Legislativa pelo Conselho da Revolução. E seria o fim do parlamentarismo...

Quanto aos poderes da Assembleia Legislativa, eles encontram-se em larga medida dependentes do Conselho da Revolução, embora as leis que não tenham sido sancionadas por este possam ser promulgadas na sua primeira forma se obtiverem aprovação por maioria de dois terços de deputados (o que em termos partidários não será muito fácil, mas alarga o papel dos partidos relativamente ao projecto inicial que falava de três quartos).

Uma Constituição programática

A futura constituição, acordada para vigorar durante um período de transição de 3 a 5 anos, será uma Constituição Programática. E dentro das linhas programáticas que a vão definir integrar-se-ão medidas económicas e sociais que o Acordo considera características de um modelo socialista português. Resta saber quem definirá o prazo efectivo do período de transição, pormenor este acerca do qual o Acordo é totalmente omissivo. Será o Conselho da Revolução?

Mais importante do que o texto do Acordo e o regime militar presidencialista que

ele contém, bem como um certo papel dos partidos políticos que também consente — é saber qual o destino previsível da maioria das formações partidárias. Das que não assinaram o Acordo o destino imaginável é provavelmente um diminuto peso na vida política portuguesa (teste que se revestirá de um interesse muito particular quanto ao M. E. S. e ao P. P. M., que até aqui têm um membro do Governo).

Quanto aos partidos que assinaram, três houve que fizeram reservas na 1.ª fase das negociações (CDS, PPD e PS), embora se tenham comprometido a não divulgá-las publicamente. É também provável que redijam declarações de voto, apenas ao texto do Acordo.

Os 6 partidos «autenticamente democráticos» dispõem-se a pôr entre parêntesis os seus Programas e a alinharem na orgânica do Acordo. Possivelmente com pensamentos diversos: uns pensando que esta é uma fase que terá sequência política que deixará de parte qualquer tipo de via «democrática ocidental»;

outros, esperando por um momento em que possam regressar aos seus princípios programáticos.

O tempo dirá se o Acordo foi um período transitório numa evolução política complexa, ou se ele é uma aquisição definitiva e irreversível a prenunciar um modelo original de socialismo com influência militar.



Partidos que disseram não ao Pacto





Partidos que disseram sim ao Pacto

Timor assusta a Indonésia e a Austrália

TIMOR está na ordem do dia e no centro das atenções da Indonésia e da Austrália que não desejam, de forma alguma, que o equilíbrio de forças seja perturbado naquela zona do globo. E a pequena colónia portuguesa de Timor parece meter medo a muita gente.

O nosso correspondente, no Oriente, entrevistou, a propósito, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, detendo-se, igualmente, na análise dos múltiplos problemas decorrentes da nova situação de descolonização quer em Timor, quer na Indonésia, quer na Austrália.

Do conjunto das análises que publicamos se pode ficar com uma ideia aproximada do tipo de movimentação internacional e do enquadramento do noticiário de índole mais ou menos especulativa que tem vindo a lume relativamente a Timor.

MALIK

Adam Malik ao EXPRESSO:

“Não pretendemos alterar a Constituição”

DIJAKARTA — O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, tem sido um homem em foco no caso de Timor. São frequentes as suas declarações a propósito da evolução dos acontecimentos relacionados com aquele território português.

Sobrevivente do regime de Sukarno, Adam Malik tem aparecido ligado ao problema como figura apaziguadora. Por várias vezes, tem declarado que a Indonésia não tem quaisquer ambições reivindicativas a Timor.

Durante a nossa passagem por Djakarta, este antigo jornalista e embaixador da Indonésia em Moscovo concedeu-nos uma entrevista, no decurso da qual nos falou do problema de Timor.

P. — Pensa que Timor poderá tornar-se numa base de “rebeldes comunistas”?

R. — Não, está claro. Existem sempre possibilidades, mas para ser uma base dum território comunista não é tão fácil, por o seu povo não estar educado e, no caso dela lá se estabelecer, teria de vir de fora.

P. — Pensa que os jornais têm feito especulação à volta do assunto?

R. — Sem dúvida que os jornais sempre fazem publicidade não só com notícias sensacionais mas também fazendo o possível para criar algo para o seu benefício.

P. — Por que motivo os jornais da Austrália, servindo-se de informações da “Intelligence”, falaram dos exercícios militares da Indonésia?

R. — Se quiséssemos empregar forças militares, não seriam precisos exercícios. Por esta razão, nego qualquer tentativa de invação. Como todos sabem, a Indonésia recuso-se a reclamar aquele território. Por isso, não pensamos em tomar qualquer acção especial contra Timor. Não compreendo por que é que os jornais da Austrália têm levantado esta questão. Temos sempre cooperado em todos os campos, particularmente na assistência médica. Julgo que em vez de especularem sobre esta questão,

seria melhor preocuparem-se com as suas próprias forças militares.

P. — Pensa que Timor independente poderá criar dificuldades à Indonésia?

R. — Está claro que não, sempre apoiámos a luta da independência do povo, em toda a parte, incluindo, neste território vizinho.

P. — E serviria de estímulo para os outros movimentos separatistas?

R. — Julgo que não, porque todos sabem que, mesmo unidos, não seria fácil vencer as suas dificuldades e, ermo, separados, seria muito pior. Por esta razão, mesmo que Timor se tornasse independente, não nos criaria quaisquer dificuldades.

P. — Se o povo de Timor decidisse pela integração, seria respeitada a sua identidade histórica?

R. — Se Timor decidisse integrar na Indonésia, teríamos de aceitar, discutindo, no entanto, uma maneira própria para incorporar os desejos desse povo sem alterar a nossa Constituição.

“O mais importante é unir o povo”

P. — Pensa que o Governo da Austrália, depois da campanha interna, mudou de opinião em relação ao que Whitlam manifestara em Setembro?

R. — Que eu saiba, o Governo não mudou de opinião, por que hoje está bem influenciado pelo que se passa no exterior e pelo que diz respeito aos outros de decrerem sobre Timor Português. Acho que o Governo Australiano entende isto muito bem.

P. — Atribui algum significado aos exercícios navais entre os dois países?

R. — Pensa que não, porque se trata duma rotina naval nesta área com a Tailândia, Singapura, Malásia, Austrália e não tem nenhuma conexão com Timor Português.

P. — Pensa que a FRETILIN tem apelo comunista?

R. — Não posso pronunciar-me exactamente sobre este problema. Conversei já com Ramos Horta,

um dos membros da FRETILIN com a certeza de que é comunista, mas não exactamente a que nós conversamos. O problema não está no regime que prevalece em Timor, mas no povo de Timor, que mostra um desejo de que poderemos ter dependência ou não.

que programa se possa por. Acho que há portantes e não há regime, socialismo, comunismo. Este é secundário. Por isso, Ramos Horta que é portante é unir o povo, e depois, há programa de acção. Eu conversei com Ramos Djakarta, tenho a certeza de que não quer a comunismo. E agora, FRETILIN compreende o problema de reunir o povo de unir o povo, desenvolver aquela área este é o mais difícil por tem de se resolver.

P. — Pensa que o tem larga audiência em Timor?

R. — Não sei, mas que este partido está acalenta o sonho de independência e que apoia, mas está por decidir.

“O problema não é provocar uma luta”

P. — Porque a APD colabora com o Governo de Timor? Não tem grande apoio porque o partido APD está ainda contra a necessidade de cooperação com o Governo de Timor? Não tem a certeza que o colabora, se os progressos em Timor.

P. — Um jornal noticioso que a Indonésia guerrilheiros para se em Timor. É verdade?

R. — Está claro que disse atrás, não pretreinar guerrilheiros porque o problema do problema está em com

Austrália: acordar a horas

INI-VIETNAM
TIMOR?
the Indonesian
ral. - HANDS OFF!

TEST —
FLEY SQUARE

2000, 450

de Sydney convocando para uma manifestação no dia 6
UN de protesto contra uma possível invasão de Timor por
tropas da Indonésia



Malik com o encarregado de Negócios de Portugal em Djakarta, dr. Guilherme Girão

da responsabilidade de
e ter honestos líderes ou
e ser independentes. Para
sair tudo isto, penso que
de todos os partidos em
letra se unirem-se e
em um programa. A
são está em luta, mas em
habitar juntos e en-
esta. Então, poderão
facilitar a política da
nação. Julgo que isto é o
sucesso.

— Timor poderá ser um
"Vietnam" e afectar a
desta região?

Penso que já respondi a
isto. Está claro que o povo
de se divertir e não ter
solidão. Esta é a razão e
penso se as pessoas
de Timor um segundo
do Vietnã. Julgo
sem esperança os que
preocupam porque a
de Timor indica que se
deixar conseguir uma vida
depois da independência e
isto. O problema não é
uma luta, porque o caso
em tem sido uma longa
luta, penso que em Timor
está assim, depois do

novo Governo de Portugal ter
proclamado o termo da
colonização. Penso que o problema
está em desenvolver e educar o
povo e faz-lo compreender melhor
a responsabilidade depois de
conseguir a independência.

P. — O que diz das reacções da
Austrália pela recente concessão
pelo Governo português da ex-
ploração de petróleo próximo de
Timor?

R. — Não sei quais foram as
reacções do Governo da Austrália,
mas estou certo que o Governo
Português já explicou ao Governo
Australiano que é normal dar uma
concessão, como o seu país a dar
aos outros. Mesmo dando con-
cessões a outros países, penso que
o zangar-se não é importante, mas,
sim examinar qual é o regulamento
e a lei desta concessão.

P. — O que diz dos últimos
acontecimentos em Lisboa e se
poderão afectar a resolução do
problema de Timor?

R. — Penso que não. Porque o
Governo já esclareceu que gostaria
de acabar com a colonização. Por
isso, apoiamos esta ideia
trabalhando em conjunto com o
Governo de Lisboa, para o futuro
de Timor.

Indonésia: evitar um mau precedente

DIJAKARTA — Tumor, um pequeno território com 650 mil habitantes, poderá tornar-se incomodativo para a Indonésia, cotizada por 13 667 ilhas e com uma população avaliada em 129 milhões de pessoas! Esse é, pelo menos, o receio de alguns dirigentes indonésios, à frente dos quais se encontra o General Ali Murtopo.

Desde que os jornais desta capital começaram a especular sobre a possibilidade daquela colónia portuguesa ser transformada no que denominam "base de rebeldes comunistas", surgiram algumas ruínas a esboçar o futuro de Timor. Até que ponto o que ali se dita representava o pensamento do General indonésio?

Além do mais, foi notada, na altura em que a imprensa de Djakarta abordou o assunto, grande actividade na ilha de Sumatra. Os exercícios práticos foram por dez dias e os observadores relacionaram-nos com uma provável invasão militar indonésia de Timor português.

Além disso, o ambiente de tensão que se criou à volta do caso de Timor se pode inserir o tom dos programas da Rádio de Kupang, capital do Timor indonésio. Utilizando uma linguagem bastante dura, aquela estação emissor transmitiu a FRETILIN de ser uma organização "comunista".

Logo levou já o secretário-geral da FRETILIN, José Ramos Horta, a declarar: "A Indonésia acusa-nos de termos comunistas. Tal não é verdade e sabem disso. O que estão é a arranjar um pretexto para nos invadirem e tomarem conta de nós. Comencendo a preocupação da Indonésia e da Austrália se nos tornássemos num estado comunista, não vejo qualquer risco de tal acontecer".

Sobre o mesmo ponto, Ramos Horta entendeu acrescentar: "Não sabemos que não podemos fazer perigar a segurança ou interesses de nossos vizinhos. Os "leaders" da FRETILIN estão bem conscientes das suas responsabilidades para manter a paz e a segurança nesta área". De acordo ainda com a sua opinião, Timor independente, poderia receber ajuda de países como Portugal, Austrália e Indonésia.

Mas, apesar desta posição assumida por Ramos Horta, os indonésios não se mostram, muito convencidos. E apontam para o programa da FRETILIN, no que diz respeito ao capítulo das relações internacionais, onde se defende uma política de não-alinhamento. Com efeito, Djakarta vê nisso um convite aberto à China e à União Soviética para estabelecer uma substancial

Do nosso correspondente Fernando Lima

influência e presença no pequeno território português.

A difícil unidade nacional

Tudo isto põe, naturalmente, um problema muito concreto e crucial para os indonésios: a segurança. Tanto mais que se encontram ainda bastante traumatizados com os incidentes de 15 de Janeiro do ano passado, por ocasião da visita a Djakarta do Primeiro-Ministro japonês, que se saldaram, entre outros aspectos, em 13 mortos, 770 presos e muitos milhares de "rupiahs" de prejuízos.

Assim, hipersensíveis como são, os indonésios não deixam de se assustar com o que lhes possa ser apresentado como ameaça para a unidade nacional, na medida em que a preocupação máxima do Governo de Suharto reside, justamente, na necessidade de conservar intacta esta nação formada por 13 667 ilhas. E a tarefa não tem sido fácil para os dirigentes indonésios.

As tendências separatistas nas Molucas do Sul, no Irian Jaya e no Kalimantan Ocidental são motivo de receio para Djakarta que um Timor com pretensões de tornar-se independente poderia agravar. Consequentemente, a própria estabilidade na área estava em perigo, o que não interessa, neste momento, à Indonésia pelos reflexos que teria nos países que formam a ASEAN, constituída por Singapura, Malásia, Tailândia, Filipinas e a Indonésia.

Compreende-se, neste contexto, os esforços que têm sido desenvolvidos pelas autoridades de Djakarta no sentido de evitar a desintegração. De tal modo que a nível de Administração foi criado um departamento com a função específica de planear e executar o princípio unitário do país, à frente do qual está um director-geral.

Mas até que o problema se resolva, vai levar o seu tempo. A

Indonésia é uma república unitária, mas o facto de ser formada por um aglomerado de ilhas cria-lhe grandes dificuldades de centralização. Tanto assim que se considera uma fraqueza da indonésia a falta de consolidação da unidade nacional.

Chega-se a dizer, internamente, que a ilha de Java, a mais pobre em recursos e com oitenta milhões de habitantes, tem atitudes colonizadoras em relação às restantes partes do país. Não espanta, por conseguinte, que em face de tal ponto de vista, existam forças latentes que possam levar à fragmentação do país.

Além das Molucas do Sul, do Irian Jaya e do Kalimantan Ocidental fala-se também, de aspirações separatistas na ilha de Sumatra. E, conforme nos revelou um atento observador das questões indonésias, se outros movimentos não se manifestarem, são absolutamente óbvios porque existe uma forte repressão que os mantém na sombra.

As ambições de um general

Se Timor optar, entretanto, pela independência, o Governo indonésio recia que esta decisão possa provocar, paralelamente, desconhecimentos nos territórios que administra. Diz-se, inclusive, em Djakarta que a outra parte de Timor que está sob o domínio da Indonésia poderia unir-se ao Timor português.

Dal o desejo do general Ali Murtopo que Timor se tome na 27.ª província da Indonésia e mais depressa possível. Aliás, Murtopo tem sido segundo os observadores políticos, o homem que tem estado por detrás de todo o clima de especulação que se criou à volta do caso de Timor.

As razões dessa sua actividade são simples: tendo caído em desgraça no decurso dos incidentes de 15 de Janeiro do ano transacto, foi nomeado um grande esforço para obter a boa graça do presidente Suharto e regressar, desse modo, à posição de destaque que ocupava.

O general Murtopo, antes dos acontecimentos de 15 de Janeiro, era, juntamente com Soedjono Hwardani, Survo e Tjokropranoto, um dos conselheiros de Suharto. Acusado de corrupção, foi afastado e hoje desempenha as funções de chefe-adjunto da "Intelligence", Indonésia, mais conhecida por Bakin.

Inconformado com a sua situação e acalentando ainda am-



General Ali Murtopo

bições políticas. Murtopo faz do caso de Timor uma questão de honra. No entanto, de acordo com os meios tidos por bem informados, não conseguiu, até esta altura, convencer o general Suharto com a sua visão sobre a evolução do problema de Timor.

Para o Presidente indonésio, o mundo está dividido por regiões e se cada uma delas vejar pela paz na sua área, será possível criar um ambiente de desarmamento e estabilidade. "Queremos que a ASEAN fortaleça a independência regional e evite que esta área se transforme numa arena regional", — afirmou, em determinado momento, a propósito das tentativas das grandes potências para tomarem o controle do Sudeste asiático.

Suharto não nega, de resto, o papel preponderante que a Indonésia tem vindo a desempenhar ultimamente no seio da ASEAN, que escolheu aquele país para sede do secretariado permanente. Como não ignora, ainda, que a sua teoria regionalista tem tido bom acolhimento na Austrália.

Portanto, até que lhe demonstrem o contrário, o Presidente Suharto não deixará de defender a tranquilidade na região, pensam os observadores. Embora as mesmas fontes reafirmem que o seu ponto de vista é que Timor independente poderá constituir um factor de desequilíbrio nas questões da área.

"Não" a uma colónia da Indonésia

Apesar da sua influência sobre o general Suharto ser relativa, Ali Murtopo não tem desarmado. Continua a defender que a maioria em Timor quer a incorporação na Indonésia. O que seria, sem dúvida, a forma mais simplificada para Djakarta poder aplicar a sua política de equilíbrio regional.

Todavia, a integração de Timor na Indonésia não deixaria de levantar outros problemas não menos graves, isso porque sendo a Constituição indonésia a de um Estado Unitário, dificilmente seriam concedidos privilégios àquele território. Aliás, Ramos Horta, tendo talvez em atenção as consequências de um processo com essas características, já declarou que Timor "não quer deixar de ser uma colónia portuguesa para se transformar numa colónia da Indonésia".

Consultas não só com os partidos existentes em Timor mas, também, com as autoridades indonésias têm sido, entretanto, feitas pelo coronel Lemos Pires com vista à solução do futuro da referida colónia. Na sua última

passagem por Djakarta, o Governador disse, nomeadamente, aos jornalistas: "Não vejo razões para um ataque militar da Indonésia ao território português, como foi recentemente relatado pela imprensa".

O coronel Lemos Pires, que garante que o processo da descolonização de Timor seria conduzido com honestidade, sublinhou, noutro passo das suas afirmações, que muitas coisas dependeriam dos partidos políticos existentes naquela colónia. "Com efeito, o problema poderia ser resolvido facilmente se houvesse somente uma opinião" — observou, em seguida.

A APODETI — organização que preconiza a ligação à Indonésia e tem o apoio deste país — recusou no princípio de Março cooperar com as autoridades portuguesas em sinal de protesto contra a suspensão por 45 dias do seu programa de rádio. Ultimamente, tem sido apodada de "boneco" da Indonésia, o que levou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, a exprimir publicamente o seu desgosto por tal acusação. "A APODETI é uma organização que representa o povo de Timor" — acrescentou.

O 11 de Março na Imprensa de Djakarta

Sempre pronta a não perder uma oportunidade para fazer ressaltar o seu pessimismo acerca do futuro de Timor, os acontecimentos docorridos do 11 de Março em Lisboa têm merecido à Imprensa de Djakarta alguns comentários derrocistas. Segundo as suas opiniões, aquele território português sofrerá reflexos da viragem verificada, para o que pedem a maior atenção do Governo da Indonésia.

O mais duro nas suas análises foi o "Indonesian Observer" que fez coincidir a publicação de um editorial comentando "o 11 de Março e o Timor Português" com a passagem em Djakarta do coronel Lemos Pires, a caminho de Dili, depois de ter permanecido cerca de quinze dias em Lisboa, em conversações com o Governo Central. Como não está praticamente decidido o momento do termo da descolonização de Timor, aquele jornal afirma que "com a nova evolução em Portugal é muito importante para a Indonésia seguir de perto a situação no Timor Português".

Ao mesmo tempo, admite que de acordo com a sua nova linha, a FRETILIN; E UDT tenham já começado a campanha para impedir "idéias esquerdistas" na referida colónia, "aniquilando desse modo os membros da APODETI que querem a integração com a Indonésia".

Dias antes, os jornais noticiaram que três membros da APODETI tinham sido torturados e assassinados por elementos dos partidos que apoiam Timor independente, no decurso de campanhas para intimidar simpatizantes daquela organização pró-Indonésia.

É evidente que esta questão foi aproveitada pelos indonésios como mais um pretexto para mostrarem ao mundo a sua preocupação pelo futuro de Timor. Muito embora aquilo a que chamam a "infiltração comunista" os apodetistas — por razões de estratégia regional.

EAST MINI VIETNAM? TIMOR



Stop the Indonesian invasion of East Timor

East ("Portuguese") Timor is a small country of 800,000 people 400 miles north of Darwin. The Indonesian generals are planning an invasion of the island, to stop its people choosing their own future. They are stepping up the propaganda war and have carried out two "dress rehearsals" for the invasion.

The East Timorese will resist an invasion and fight a guerrilla war in the mountainous interior. Australia and Australians would be directly involved in a mini-Vietnam.

YOU can help stop the invasion and the slaughter of tens of thousands of East Timorese ... read on ...

Impresso em
Sydney

SYDNEY — Com algum atraso, os australianos descobriram que o seu vizinho Timor, conquanto seja um minúsculo território, poderia tornar-se num caso delicado e prejudicial a estabilidade política nas proximidades.

O que em princípio parecia simples para o Governo de Whitlam, deixou de o ser a partir do momento em que a Indonésia exprimiu intenções que iam além do que se poderia considerar normal num processo de descolonização.

Embora o australianos se preocupe, essencialmente, com as questões de política interna — e nos últimos tempos a liderança do Partido Liberal dominou as atenções gerais — já o mesmo não se compreendia em relação aos círculos políticos.

Éstes, apesar de não ignorarem o problema do futuro de Timor, vinham revelando, até há dois meses, uma certa indiferença sobre o assunto. Para o efeito, talvez tenha contribuído o encontro de Whitlam com o Presidente Suharto em Setembro.

«Collusion»? De acordo com a opinião manifestada na altura pelo Primeiro-Ministro, a Austrália não punha objecções à incorporação de Timor na Indonésia, se essa fosse a escolha do povo timorense.

De excelentes relações com o seu vizinho australiano, Djakarta sentiu, imediatamente, que não seria por esse lado que lhe surgiriam problemas. E dado que a ligação à Indonésia constitui uma das três hipóteses de solução do caso de Timor, nada melhor do que deixar evoluir os acontecimentos.

No entanto, foi com grande surpresa que a Austrália recebeu uma notícia publicada no «Sydney Morning Herald», segundo a qual o «Governo INDONESIO ESTÁ A CONSIDERAR TOMAR Timor numa operação militar a curto prazo».

A revelação, que se ficou a dever ao conceituado jornalista Peter Hastings, só foi possível graças de uma informação que os serviços de espionagem da Austrália deixaram escapar e se apoiava no facto de terem observado grande actividade militar na Indonésia próxima de Timor.

O mais significativo de tudo isto é que tal notícia coincidiu, sensivelmente, com as afirmações do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, segundo as quais a situação em Timor não estava de acordo com a linha da política de descolonização de Lisboa e que o seu país não toleraria que ela se degradasse até a uma fase perigosa.

Ao mesmo tempo, o jornal das Forças Armadas da Indonésia, «Berita Yudha», ao analisar a conjuntura timorense, apareceu a insinuar que Timor se poderia transformar numa base de rebeldes comunistas, o que deu ao problema um tom totalmente diferente.

«A mini-vietnam?»

A forma como a imprensa australiana denunciou as intenções da Indonésia fez, porém, com que o Governo de Whitlam reconsiderasse a sua posição sobre o problema, não obstante as autoridades indonésias terem desmentido haver qualquer plano da sua parte para invadir Timor.

Um elemento qualificado do Ministério da Defesa — departamento que reateria dos serviços secretos indicações sugerindo preparativos para um «military takeover» indonésio — chegou a exprimir que a Austrália ficaria naturalmente preocupada se houvesse alguma acção unilateral da Indonésia para impedir o povo timorense de escolher o seu próprio futuro.

Também a Oposição no Parlamento Federal não deixou de levantar o caso de Timor e o porta-voz para os Assuntos Exteriores, Andrew Peacock, um dos políticos australianos com mais futuro, afirmou, nomeadamente, que o assunto criava uma «situação potencialmente perigosa» para o seu país.

Embora não tenha obtido sucesso, Peacock pressionou, inclusivamente, o Primeiro-Ministro Whitlam a solicitar à Indonésia, Portugal e aos defensores da independência de Timor que se encontrassem para conversações, dado que considerava a questão como «assunto urgente».

Manifestações de protesto contra os planos de invadido de Timor por parte da Indonésia decorreram, entretanto, em Sydney, Melbourne e Adelaide, as quais serviram, ainda, para pedir a suspensão do auxílio militar australiano à Indonésia. Em Sydney, os manifestantes concentraram-se em frente dos escritórios da Garuda Indonesian Airways.

«The Campaign for Independent East Timor» (CIET), organização criada em Novembro em Sydney de apoio à causa de Fretilin, lançou por seu turno, um apelo no sentido de ser prestada ajuda financeira àquele movimento timorense, que tem planeado enviar delegações à Europa e Nações Unidas no próximo mês de Maio.

Dentro da sua linha de acção, o CIET publicou, há pouco tempo, um folheto com uma tiragem de vinte mil exemplares, com o qual procura alertar a consciência dos australianos. «East Timor — a Mini-Vietnam?» e «Stop the Indonesian invasion of East Timor» são os grandes títulos da primeira página.

Pensar duas vezes

Vencido o período quente da questão de Timor, que se situou entre os finais de Fevereiro e princípios de Março, os observadores em Sydney estão convencidos que o Primeiro-Ministro Whitlam, com a atitude assumida durante a sua recente visita a Djakarta, não deixou de encorajar as ambições da Indonésia.

Uma das razões que encontram para explicar tal atitude reside no facto de que Whitlam pensava que essa era a maneira mais fácil de não só a Austrália não ter problemas mas, também, a estabilidade da região não ser afectada.

De resto, há algum tempo que a Austrália vem cultivando as boas relações com a Indonésia, um vizinho populoso e agitado. Nesse contexto, são frequentes as visitas de delegações para troca de impressões sobre assuntos, que dizem respeito respectivamente à relação bilateral entre a Indonésia e a Austrália.

No entanto, os indonésios foram mais longe nos seus desejos do que poderia pensar o Primeiro-Ministro — assim o denunciou a «Intelligence» australiana — o que lhe valeu fortes críticas em certos sectores, entre eles, a Oposição que, como não podia deixar de ser, fez do caso de Timor um tema de combate interno.

Em face disso, o problema tomou hoje uma nova dimensão na Austrália. Raro é o dia em que os jornais, através dos seus enviados especiais em Díli, não publicam crónicas sobre a vida em Timor. O «Sydney Morning Herald» utilizava recentemente: «O comunismo no Timor Português: real ameaça ou obra de uma imaginação febril?»

De modo que os observadores são da opinião de que Djakarta terá de pensar duas vezes antes de se precipitar nalgum movimento. Julgam, mesmo, que a publicidade que tem sido feita à volta do assunto foi o suficiente para desautorizar a Indonésia de levar avante os seus planos.

Ameaça permanente

Mas, apesar de tudo, os referidos círculos continuam a pensar que o perigo é iminente. Michael Richardson, um dos jornalistas australianos presentemente em Díli, informou num dos seus artigos posteriores à revelação da possível invasão, que mais de cem timorenses estavam a ser treinados na Indonésia para se infiltrarem, como guerrilheiros, em Timor.

De acordo com a mesma fonte, se as autoridades de Djakarta decidirem um dia enviar guerrilheiros para Timor será certamente sob o pretexto de irem proteger os adeptos da APODETI, a associação que advoga a incorporação daquele território na Indonésia.

Com efeito, a APODETI alega que os seus militantes estão a ser objecto de uma campanha de terror e, em telegrama dirigido ao Secretário-Geral das Nações Unidas, acusa a administração portuguesa em Timor de estar a tentar «sufocar o genuíno desejo do povo que apoia a doutrina de integração da APODETI».

Em face de tais acusações, o Governo de Timor não deixou de marcar uma posição de protesto e o coronel Lemos Pires escreveu, inclusivamente, uma carta pessoal ao cônsul da Indonésia em Díli, na qual lamentava a «insidiosa e falsa campanha» da imprensa da Indonésia contra as autoridades portuguesas.

O Governador Lemos Pires salientava, na mesma missiva, que Portugal desejava encontrar uma solução para o problema de Timor que fosse favorável tanto à Indonésia como aos partidos políticos locais, incluindo a APODETI, que tem recusado até agora qualquer cooperação com as autoridades por as considerar «ilegais».

A propósito da actividade desenvolvida pela APODETI, o jovem Secretário-Geral da FRETILIN, Ramos Horta, não a tem poupado a críticas, acusando-a até de ser «an Indonesian puppet». «Se aceitarmos a APODETI como um parâmetro na decisão do futuro de Timor, isso significa que aceitamos a interferência dos interesses estrangeiros» — afirmou o referido «leader» a um matutino de Sydney.

«O Irresistível desejo do povo timorense»

Conforme dissemos, o interesse dos australianos por Timor mudou bastante e, ainda há pouco tempo, a imprensa de Sydney dava conta que quatro antigos comandos, que lutaram com os timorenses contra as forças de ocupação japonesas enviaram telegramas de apoio aos «leaders» da LDT (proligação a Portugal) e da FRETILIN.

Estes dois grupos formaram em Janeiro uma aliança para pedir um período de «self-government», sob a tutela portuguesa, até obterem a total independência dentro de oito anos. Rejeitaram, consequentemente, qualquer colaboração da outra associação — a APODETI — não obstante os esforços do coronel Lemos Pires para a integrar num governo timorense.

Fazendo parte de um pequeno contingente de tropas que durante dezoto meses em 1942-43 per-

maneceu em Timor, os referidos comandos mostraram-se dispostos a auxiliar os dois grupos timorenses. «Temos ali muitos amigos» — afirmaram. «Sem eles não teríamos existido durante a guerra. Dar-lhes-emos, pois, toda a ajuda que pudermos».

Entretanto, um Comité Parlamentar do Partido Trabalhista, constituído por sete pessoas, visitou Timor a fim de inteirar-se da situação neste território. E, ao cabo de uma dezena de dias de permanência, julgou conveniente recomendar ao Governo a reabertura do Consulado em Díli.

Em declarações à imprensa, dois dos membros do referido Comité — um estudante e um sindicalista — disseram que o Governo Federal estava mal informado acerca da descolonização e formação dos partidos políticos do Timor Português.

A delegação, que visitou quatro capitais provinciais e dez vilas, encontrou-se, ainda, com o Cônsul da Indonésia, em Díli, com quem discutiu as intimidações feitas pela Rádio Kupang, a emissora oficial do Governo indonésio. O cônsul negou, contudo, que a Indonésia tivesse qualquer intenção de invadir Timor Português.

No regresso à Austrália, os membros daquele Comité manifestaram a convicção de que o irresistível desejo do povo timorense é para a independência. Além disso, no comunicado que emitiu no final da visita, a delegação não deixou de vincar que 400 anos de colonialismo português tinham criado uma cultura distinta no Timor Oriental.

Depois da visita da delegação do Partido Trabalhista, é esperado em Díli o porta-voz da Oposição para os Assuntos Exteriores, Andrew Peacock, um dos políticos australianos que mais se tem mostrado interessado pelo futuro de Timor e com quem Ramos Horta mantém boas relações.

Uma vitória dos movimentos nacionalistas

Mas, nesta fase de interesse australiano que se seguiu à

denúncia de uma possível invasão de Timor por tropas da Indonésia, os meios políticos atribuem um relevo especial à mensagem enviada pelo Primeiro-Ministro Whitlam aos presidentes dos partidos coligados, Xavier Amaral, da FRETTLIN, e Lopes Cruz, da UDT.

Nessa mensagem, Whitlam responde a um telegrama que lhe foi dirigido por aqueles dois dirigentes timorenses, no qual pedem ajuda em face da ameaça de intervenção militar da Indonésia.

Casteloso nas suas palavras, o Primeiro-Ministro australiano nada prometeu, mas o facto de ter quebrado o protocolo diplomático para responder à organização nacionalista, é apontado pelos observadores como uma vitória na batalha que tem sido travada por aqueles dois movimentos para obterem credibilidade internacional.

Daqui para a frente o que há a esperar, ainda, da Austrália?

Resta saber que pressões internas o Governo de Whitlam poderá vir a sofrer nos próximos tempos. No entanto, importa não esquecer a recente visita de Suharto a Whitlam, a qual não deixará de pesar na evolução dos acontecimentos.

Tanto mais que australianos e indonésios mantêm excelentes relações e tudo será feito, certamente, para não haver perturbações nessa política de boa vizinhança. De resto, a Austrália não tem, de momento, Forças Armadas para fazer frente a uma situação de crise. O caso de Timor serviu, inclusivamente, para alertar os dirigentes políticos para este campo específico.

Fernando Lima

Jakarta, 17th June 1974.

Dear Sir,
I was pleased to meet you during your recent visit to Jakarta, Indonesia.

Dear Sir,

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

The Government of Indonesia and the Government of East Timor have expressed by the recent change that have been made in Jakarta, Indonesia.

Jakarta, 17 de Junho de 1974.

Caro Sr. Hora

Gostei muito de o conhecer quando da sua recente visita a Jakarta, Indonésia.

Não, o povo da Indonésia, e o Governo da Indonésia, ficámos satisfeitos com as recentes mudanças ocorridas em Lisboa, Portugal.

Esta mudança de Governo e da Política externa surpreendeu muita gente, incluindo você e a sua gente, em Timor.

Permitimo-lhe estas notícias oferecendo uma boa oportunidade ao povo de Timor para conhecer o processo de independência, assim como gerar o desenvolvimento nacional por todo o lado e promover o progresso do povo de Timor.

O governo da Indonésia, até agora, só adere aos seguintes princípios:

I - A independência é um direito de todos os países, sem excepção para o povo de Timor.

II - O Governo, tal como o povo da Indonésia, não têm intenção de aumentar ou expandir o seu território, ou de ocupar outros territórios para além dos estabelecidos na sua Constituição. Esta declaração pretende dar-lhe uma ideia clara, para que não haja dúvidas no espírito do povo de Timor em respectar a sua própria vontade.

III - Por esta razão, quem governar Timor depois da independência pode estar certo de que o Governo da Indonésia procurará sempre manter boas relações, amizade e cooperação para benefício de ambos os países.

Peço-lhe que comunique a minha mensagem ao povo de Timor.

Com os melhores cumprimentos e a maior consideração por si e para o povo de Timor.

Alemtamente
ADAM MAUK

Entrevistas: Rosa Coutinho, Mário Soares, Francisco Balsemão e personalidades da Igreja

COUTINHO, ROSA
SOARES, MÁRIO
BALSEMÃO, FRANCISCO



Expresso

15-04-74

61-1-III

O PROCESSO político português começa a tomar corpo cada vez com mais nitidez: MFA, ao centro do motor que, além de máquina da carruagem, pretende tornar-se na vanguarda das massas auscultando o povo. Por sua vez, os partidos, podendo ser vozes do povo, mais funcionarão como satélites que não parece agradar a alguns dirigentes. É o que resulta dos depoimentos que apresentamos, procurando inclusivamente pesquisar o tipo de socialismo de que se fala para Portugal, sem contudo, chegarmos a delimitar os seus contornos, por demasiado cedo. A carruagem, há pouco, começou a desfilir. Resta acrescentar que, quando estas entrevistas foram feitas, ainda o pacto do MFA com os partidos não era do domínio público.

Para Rosa Coutinho

**“O socialismo português”
surgirá duma criação
contínua**

**Povo (e suas vozes)-MFA
em jogo dialéctico**



ROSA COUTINHO foi notícia esta semana em vários jornais estrangeiros estando para ele a confluência de maneira significativa as atenções de muitos dos cronistas que nos visitam. Algumas das suas declarações revestem-se de acentuado tom polémico certamente destinadas a despertar comentários, precisamente até porque, a nosso ver, pretendem abrir caminhos na política portuguesa ou no chamado processo político português que continua a ser de pesquisa.

Ao "Libération" de Paris afirmou, a propósito do 11 de Março: "Foi uma intenção preparada desde o mês de Novembro. Os preparativos foram acelerados quando os spinolistas souberam que nós tínhamos tomado a decisão de criar o Conselho Superior da Revolução, institucionalizar o M. F. A. na noite das eleições quaisquer que fossem os resultados. Então para eles foi o agora ou nunca".

Neste particular, as palavras de Rosa Coutinho revestem-se de importância sintomática na medida em que está a seu cargo superintender nas investigações relativas ao 11 de Março. "No assunto, há grandes e pequenos batoteiros, acrescenta Rosa Coutinho, segundo o "Libération". E continua, "Eu creio que os spinolistas foram enganados porque estavam dispostos a sê-lo. Eles foram enganados por um grande batoteiro que nós não conhecemos. E, por isso, que é bastante difícil conhecer as linhas desta intenção".

Rosa Coutinho, segundo nos disse, não empregou a palavra batoteiro, mas sim vigarista. Para Rosa Coutinho o vigarista não, ou seja o vigarista que conseguiu burlar o grupo de vigaristas, os contra-revolucionários do 11 de Março, existe, mas é de descoberta extremamente difícil.

Insistiu, também Rosa Coutinho num partido de apoio ao M. F. A., uma espécie de M. F. A. civil, um intermédio entre o partido socialista e o partido comunista, o que fez logo, embora

apressadamente, pensar muita gente no regime do partido único. Aliás criticou os partidos que, tomando decisões no seio da coligação vêm cá para fora e criticam o decidido. Caso do serviço cívico, por exemplo.

Estas e outras tomadas de posição levaram-nos a procurar o almirante Rosa Coutinho, membro do Conselho da Revolução e um dos homens que mais se tem batido, na teoria e na prática, pela descolonização de Angola enquadrada na tradição histórica daquele povo e, por conseguinte, numa linha progressista.

A entrevista revestiu-se, desta vez, de uma certa originalidade, já que EXPRESSO compartilhou o seu tempo, previamente fixado, com a Televisão Italiana. Como é do conhecimento público, realizam-se em Junho, na Itália, as eleições comunais ou municipais e Portugal é matéria de cartaz propagandístico, explorado sobretudo pela Democracia Cristã na intenção de prejudicar o seu mais próximo rival, o Partido Comunista Italiano, partido que, diga-se de passagem, não mantém as melhores relações com o Partido Comunista Português em virtude da política nacional que, por força da exploração partidária italiana, se tem reflectido no mundo transalpino. O PCI afirmou não concordar com a suspensão para as eleições de alguns partidos portugueses e concretamente do P. D. C. As razões, no entanto, relacionam-se com a política interna italiana em que o célebre «Compromisso Histórico» era matéria de «flirt» entre alguns democratas-cristãos e comunistas, espreitando no entanto, Fanfani o pretexto para romper o namoro. Não há dúvida, porém, que muitas nações estão a observar a evolução do nosso processo político que as poderá influenciar.

Pela RAI esteve Gino Nebbiolo, director daquela televisão em Turim e pelo EXPRESSO esteve presente Augusto de Carvalho.

Vestido à civil

P. — A primeira vez que o vi, na Onda Moura, vai para um ano, sempre-o vestido à militar, não é civil. Posso atribuir algum significado ao facto?

ROSA COUTINHO — De

Um país com regime militar

P. — Para o povo que habita na Europa há determinados pontos que necessitam de esclarecimento, e que a dinâmica política portuguesa escapa ao entendimento geral. Em primeiro lugar, Portugal é um país com um regime militar?

ROSA COUTINHO — Não se trata propriamente de um regime militar, como se costuma entender,

maneira nenhuma. Continua a ser um militar. Simplemente os serviços que actualmente desempenha com a mobilidade que exigem e os contactos que devo realizar, tornam mais prática a veste civil. Talvez, vestido sempre de almirante, seja um bocadinho pomposo.

É um regime em que os militares tomam parte activa, em que estão a dar ao povo a possibilidade de se exprimir francamente e a encaminhá-lo por uma evolução que em alguns pontos da Europa tem sido considerada demasiado avançada e que de maneira nenhuma o é. Na realidade, está adaptada às condições socio-económicas que se vivem neste país e que obrigam a esse estilo de transformação política para não cairmos nos buracos em que têm cedido as democracias europeias.

Um poder real e um poder aparente

P. — Verificamos, hoje, em Portugal, a existência de dois poderes: um poder real que é o dos militares e um poder aparente, que é o dos partidos. Há um antagonismo entre os dois poderes? ROSA COUTINHO — Em

A presença massiva dos militares

P. — Há determinados partidos políticos que dizem que a presença massiva dos militares em todos os

Partidos que foram reduzidos ao silêncio

P. — Estamos nas vésperas das eleições para a Assembleia Constituinte. Há coisas muito difíceis de compreender para os não portugueses. O povo vai votar em partidos políticos que deverão escolher a Constituição. Em primeiro lugar os partidos políticos não estão actualmente todos

Com provas na mão

P. — Têm provas da actuação do partido para assim se preocupar?

ROSA COUTINHO — Temos. Claro que não vamos dizer que toda a gente do partido estivesse envolvida na conspiração.

P. — Onde se encontra ac-

O caso

do M.R.P.P.

lto quanto à direita. Agora vamos à esquerda.

P. — Aos maóistas in-

terrogámos? Ao MRPP? ROSA COUTINHO — Não são, nem sequer maóistas ininteligentes. São um partido lastoche. São um partido que fala em nome da classe operária e prega de a voz da classe operária não pode ser calada, mas não é constituído sequer por trabalhadores. Os empresários são os meninos

primeiro lugar devo dizer-lhe que o poder principal não reside nos militares mas na aliança do povo com os militares. O poder é o poder que os militares tomaram em mão e que o povo acompanhou transformando esta aliança povo/MFA num caso porventura único, mas extremamente significativo. O poder dos partidos políticos, que não é ainda um verdadeiro poder, visto que os partidos políticos ainda não

escalões da vida nacional (económica, política e social) constituíam um freio para a democratização.

ROSA COUTINHO — Note que a presença dos militares na maioria dos casos é solicitada pelo próprio povo. O povo e até os órgãos de administração têm actualmente uma confiança muito grande nos militares e os militares são con-

representados. O Governo suprimiu alguns como seja, por exemplo, a chamada Democracia Cristã. Falta-se de democracia quando é certo que algumas vontades foram alienadas. Poderia explicar-nos como se compreende isto?

ROSA COUTINHO — Com certeza. Até com prazer pois é daquelas coisas que nos chocam, que a Europa não temha compreendido.

Falemos primeiro do partido da chamada Democracia Cristã: Este partido não foi posto fora de lei.

tualmente o major Sanchez Ovelho?

ROSA COUTINHO — Não sabemos.

P. — Está em Portugal ou no estrangeiro?

ROSA COUTINHO — As notícias que recebemos é que fugiu para Espanha. A primeira notícia dizia-o em Salamanca.

P. — Mas é o único spinolista que até agora ainda não falou, o que é estranho...

família, que vivem à custa dos interesses dos capitais dos papas e que eu chamo os filhos comunistas dos papas fascistas e que são realmente um partido falso. Como poder falar em nome da classe trabalhadora indivíduos que se levantam depois da uma hora da tarde e que nunca trabalharam na vida com as suas mãos? É um partido falso, repto, alimentado, por vezes, por forças estranhas, dispendo de capitais e dinheiro que nunca se sabe de onde vem e que autenticamente declaravam que as eleições eram uma farsa, que eram contra as eleições e que só concorreriam às eleições para aproveitarem a campanha eleitoral

conseguiram a implantação total na população portuguesa, o que é natural visto que apenas exercem a sua acção há poucos meses, é, enfim, um poder de colaboração absolutamente necessária e imprescindível e tem sido utilíssima, embora não suficiente. Eu tenho dito já que, por exemplo, as campanhas de dinamização cultural que o Exército português e as Forças Armadas têm estado a fazer por todo o país, auxiliando o

stantemente chamados a intervir e a resolver problemas que não deviam normalmente cair no seu âmbito. Caem porque o auxílio nos é pedido. Todos os dias me chegam aqui, a este escritório, pedidos de oficiais, de sargentos, de militares, para isto, para aquilo, para as coisas mais estranhas, desde a administração de empresas até saneamento de serviços públicos.

Foi apenas suspenso porque num país católico, como é Portugal, seria um absurdo que tal acontecesse. Ele estava a servir de capa a manobras reaccionárias, e a prova está no facto do seu secretário-geral ter abandonado o país precipitadamente, depois do golpe de 11 de Março. Senão hoje estaria preso. O facto de um partido se intitular democrata-cristão não quer dizer que aja como tal. Nós temos que ter a preocupação de avaliar os partidos, não por aquilo que eles dizem, mas por aquilo que eles fazem. O mesmo já me sucedeu em

ROSA COUTINHO — Não. Há muitos spinolistas que até agora ainda não falaram.

P. — Onde se situam nas próximas eleições os cidadãos potencialmente democratas-cristãos e que não concordam com as opções dos outros partidos?

ROSA COUTINHO — O Partido Democrata-Cristão foi suspenso, mas tinha uma associação política com o CDS que tem exactamente o mesmo tipo de

para fazerem propaganda contra elas próprias e contra o próprio M.

F. A. A democracia tem limites. A liberdade termina quando começa a interferir com a liberdade dos outros. E a liberdade do MRPP não era uma liberdade, mas um abuso.

P. — Mas o MRPP participou na luta anti-fascista. Já antes do 25 de Abril havia grupos organizados do MRPP.

ROSA COUTINHO — Havia. E criaram realmente um certo clima de instabilidade. Simplesmente o MRPP mostrou-se incapaz de colaborar com a revolução. Era pura e simplesmente contra. Era

povo a compreender o novo estado político em que se vive, não seriam necessárias se os partidos se pudessem fazer. Como não podem, visto que actualmente ainda estão demasiado preocupados com a conquista e procura de clientela e não propriamente com esclarecimento público, tem que ser as Forças Armadas a faz-las. Se não fosse este trabalho, o público estaria muito calado como alguns sectores ainda está.

Os militares vêm-se em dificuldades para satisfazer todos os pedidos. Não é, portanto, que os militares estejam a intervir, do propósito, mas o povo ganhou tanta confiança nas Forças Armadas que actualmente são chamadas para tudo. É uma missão honrosa e digna, mas esperamos que, de futuro, não sejamos assim tão indispensáveis.

Angola, onde fui obrigado a suspender, não digo a actividade do partido, mas a meter na prisão alguns membros do partido democrata-cristão daquele território, porque em vez de partido político servia apenas de capa a um exército secreto. E, por conseguinte, abordo ver o mundo a protestar contra uma coisa destas que afinal mais não é do que a defesa da democracia. Ora o partido da Democracia Cristã agiu entre nós, não como democracia cristã, mas como partido fascista encapado de democratização cristã.

cliente eleitoral. Nós tivemos tal preocupação em, ao excluir das eleições o FDC não deixar a sua

cliente eleitoral sem a facilidade de votar de acordo com as suas opções, que fizemos uma lei especial para que o CDS pudesse concorrer sozinho sendo da coligação que havia feito. Isto demonstra que estamos preocupados em que o povo português tenha partido por onde escolher.

contra o fascismo, é contra a Revolução e será contra todas as coisas que apareçam. É propriamente um Movimento contestatário, contra seja quem for que tente encaminhar este país.

P. — Também no estrangeiro houve muita gente que ficou chocada com a eliminação do MRPP.

ROSA COUTINHO — Quando se vê um partido católico estrangeiro a falar de eliminação do MRPP só há uma palavra para designar tal atitude: hipocrisia.

P. — Ou desconhecimento da situação?

ROSA COUTINHO — Então se não sabem, não devem falar.

O problema da Constituição obrigada a Plataforma

P. — Um outro ponto que chocou a opinião pública o povo português vai votar para escolher os delegados que irão fazer a Constituição. Mas existe já um projecto de Constituição a que chamam plataforma. As grandes linhas segundo as quais vai ser feita a Constituição já estão definidas.

ROSA COUTINHO — A Constituinte terá muito a fazer; todo um trabalho de elaboração, embora as linhas mestras já hajam sido fixadas.

P. — Porque é que o M. F. A. quis já dar indicações aos políticos para edificação do país? Será que os militares desconfiam dos partidos políticos?

ROSA COUTINHO — Não é bem. O nosso problema é que, feita a análise, após dez meses de exercício de liberdades democráticas em Portugal, verificamos que o povo se encontra confuso. Talvez mais de cinquenta por cento ainda não sabe em quem votar. Têm liberdade de escolha, mas não têm poder de análise para escolher entre vários partidos políticos que se apresentam. Repare que se estão a apresentar dez.

Gostei muito de uma imagem que, há dias, li num jornal: que a liberdade de escolha precisa de ser acompanhada por uma certa consciência de análise. Se vamos a um restaurante e nos apresentam uma lista de pratos chineses, com ementa escrita em chinês, pois temos liberdade, mas não sabemos o que devemos de fazer. Não conseguimos escolher.

N. R. — Por coincidência tal imagem foi escrita no EXPRESSO da passada semana, na página 10.

ROSA COUTINHO — Isto é o que acontece um pouco em Portugal, em matéria de escolha política. Nós verificamos, por outro lado, que os partidos também não têm sido demasiado cuidadosos a este respeito. Ac-

tualmente as linhas programáticas dos partidos são tais que até é difícil distinguir quais são realmente os seus objectivos.

O povo português impreparado, com trinta por cento de analfabetos, está confuso perante a situação. Nós temos a certeza, por conseguinte, que estas eleições são um ensaio no caminho da aprendizagem democrática. Não vão representar realmente a vontade do povo, porque ele, coitado, ainda não teve realmente o poder de análise que lhe permita exercer a sua faculdade de escolha como deve ser. Sendo assim decidimos traçar linhas mestras quanto à elaboração da Constituição. Há nisto uma legitimidade. Nós não fazemos uma Revolução (os sacrifícios todos que temos passado), nós e o povo português, para que "numa parvoíce eleitoral percamos, de um momento para o outro, todos os ganhos alcançados. Seria, digamos, uma tática de avestruz ou um confiar na Providência que a História tem mostrado ser injustificado. De maneira que temos uma plataforma comum. Os partidos assinaram de sua livre vontade. Quem não quiser não assina. Estou convencido que vamos assinar o Pacto, ou antes, essa plataforma, com noventa por cento do eleitorado português.

P. — E se os partidos não assinarem?

ROSA COUTINHO — São livres de não assinar e já vários declararam que não assinavam.

P. — Ficam por conseguinte fora da Revolução?

ROSA COUTINHO — Não ficam é fora de lei. Mostram no entanto que não estão dentro do processo revolucionário seguido pelo MFA.

P. — Claro que se compreende bem o que acaba de dizer, uma vez que os militares são não apenas os criadores mas também os motores da Revolução.

ROSA COUTINHO — Até ao momento...

P. — Quer dizer que toda a acção política se deve processar dentro da Revolução?

ROSA COUTINHO — Pode haver oposição.

Que democracia socialista

P. — Mas qual o futuro político da sociedade portuguesa? Que democracia?

ROSA COUTINHO — Uma democracia socialista.

P. — Fala-se muito, em Portugal, de socialismo. É até a palavra mais pronunciada. Mas de que socialismo se trata? Desde o socialismo, marca soviética, até ao socialismo de um Terceiro Mundo, um socialismo nacional, há toda uma gama diversa de opções.

ROSA COUTINHO — O socialismo é uma fórmula política que aceita muitas cores e muitas variedades. Nós estamos a procura

de uma, que seja própria. Nossa. Pretendemos um socialismo democrático, mas que seja realmente adaptado à psicologia e às condições socio-económicas do nosso povo. Claro que temos que atender às experiências já feitas neste campo por esse mundo fora, quais os seus défritos e os seus valores. Procuramos aprender com os outros, para que as nossas experiências aqui sejam o mais perfeitas possível. Não definimos ainda concretamente qual o socialismo para onde caminhamos. Nem o definiremos sózinhos. O socialismo português há-de ser definido pelo M. F. A. em estreita colaboração com o povo português.

P. — Com o povo ou também com os partidos?

ROSA COUTINHO — Com o

povo e as suas vozes. Desde que os partidos exprimam realmente, os desejos e os anseios do povo, serão as vozes dos partidos que serão ouvidas. Quando não exprimirem, nós iremos directamente à raiz.

P. — Quando falamos em socialismo democrático entendemos as Forças Armadas um socialismo em pluralismo?

ROSA COUTINHO — Exactamente. Isso mesmo está bem expresso na forma como vamos para as eleições, onde há doze partidos políticos a concorrer. Doze partidos já é pouco muito largo! Claro que não há extrema-direita. Esta não será consentida em Portugal. Já tivemos experiência suficientemente amarga para a portos fora da lei. Para a não tolerarmos.

Relações preferenciais com o Partido Comunista

P. — Creio que foi um jornal brasileiro que escreveu que Portugal procura o socialismo de modelo africano controlado pelos comunistas?

ROSA COUTINHO — Costuma dizer-se, em Portugal, que a sneira é livre.

P. — No entanto, embora a pergunta seja maliciosa ela parece-nos pertinente, na medida em que se fala, no estrangeiro, das relações preferenciais do M. F. A. com o Partido Comunista.

ROSA COUTINHO — É um bocadinho uma questão falsa. É certo que o Partido Comunista, ser sua acção governamental se tem mostrado fiel ao compromisso e que de maneira nenhuma tem hostilizado o M. F. A. Quer dizer: o M. F. A. tem encontrado ali um

apoio. Mas tem encontrado apoio também noutros sítios. É evidente que nos sítios em que se procura apoiar e não encontra apoio, mas hostilidade não pode utilizar o que não existe. Eu tenho dito várias vezes que nós temos necessidade aqui, em Portugal, de um verdadeiro partido socialista, que em conjugação com o M. F. A. procure as mesmas vias para o tal socialismo português de que andamos a procura. Se o tivéssemos, a tarefa teria sido mais facilitada.

Socialismo em termos de estruturas

P. — Quando o M. F. A. fala em socialismo certamente pensa em termos de estruturas. O que pensa em relação à propriedade privada? Será abolida?

ROSA COUTINHO — Não se esqueça de que o socialismo não se constrói de um momento para o outro. Nem haverá figurinos importados. Por socialismo entendemos propriedade colectiva dos meios de produção, o que não

quer dizer necessariamente propriedade do Estado. É natural que a propriedade privada seja respeitada, como na maior parte dos países socialistas. Não temos qualquer intenção de interferir com ela, a não ser na medida em que essa propriedade possa obstar ao desenvolvimento da comunidade.

P. — Estarão a pensar em alguns modelos que há no mundo: a auto-gestão na Jugoslávia, a experiência argentina, peruana etc.

ROSA COUTINHO — Isso pode-nos servir. Gostaríamos, porém, que o povo português, através de experiências em vários sectores, nos permitia definir o projecto mais adaptado às nossas

características. Portanto, estamos abertos a experiências. E estamos dispostos a protegê-las. A ver o que daí resulta e a ver até que ponto o povo português se adapta a esse tipo de auto-gestão ou de co-gestão ou de cooperativas. Há todo um processo em que o povo português, com o auxílio do M. F. A., se vai empenhar na procura, até ser encontrada a fórmula do socialismo português.

P. — Portanto, na sua expressão concreta, não será um socialismo imposto de cima para baixo?

ROSA COUTINHO — Há-de vir de baixo. Nenhum socialismo imposto, tem possibilidades de sobreviver. Se o povo o não sentir na sua carne, não irá para a frente.

O peso do sufrágio

P. — Suponhamos, por hipótese, que um partido como o CDS tem nas eleições quarenta por cento de votos. O país inclinar-se-á para a direita ou continuará na linha socialista já enunciada?

ROSA COUTINHO — O país vai continuar na linha socialista, mas todos os partidos têm direito a

tomar o combão. Neste momento, o M. F. A. será a máquina do combão, a locomotiva, e toda a gente que quiser colaborar na construção nacional, que é como quem diz, na vida socialista, pode tomar o combão. Nós recuperaremos todas as carruagens, desde que elas não constituam travão.

P. — Quanto tempo pensa o M. F. A. ser a máquina do combão?

ROSA COUTINHO — Nós fixámos esse tempo entre três a

cinco anos. No entanto, quem vai decidir é a própria Constituição.

P. — Durante este período será o Movimento o responsável pela política em todos os domínios?

ROSA COUTINHO — O esquema traçado vai permitir ampla participação do povo através dos seus órgãos de soberania através, inclusivamente, de uma Assembleia Legislativa dotada de poderes perante a qual o Governo responderá.

Assembleia Parlamentar e Assembleia do MFA

P. — Quer dizer que, além de motor do processo político, será o Conselho da Revolução também a sua alma?

Quando uma Assembleia de 247 deputados se reunir para elaborar a Constituição, reunir-se-ão paralelamente, também, e com a mesma finalidade, oficiais,

sargentos e praças em número de 2407

ROSA COUTINHO — Não, A Assembleia Constituinte é eleita para fazer a Constituição. É soberana neste aspecto. Não haverá interferência, e não se trata de aquela que resulta da Plataforma de Acordo. A Assembleia do M. F. A. tem deliberação principalmente interna, embora se debruce evidentemente, sobre os grandes problemas do país. Mas os seus votos não têm influência directa na condução da dita.

P. — E depois quando estiver

constituído um governo definitivo (não provisório) e um Parlamento legislativo?

A função dos políticos profissionais e dos partidos será a de trabalhar sob o controlo e estímulo dos militares?

ROSA COUTINHO — Orientação, orientação e estímulo do M. F. A. durante este período, que nós designamos por período de transição e que consideramos necessário para a adaptação do povo português à vida política de que foi afastado durante tanto tempo.

A via terceiromundista

P. — Fala-se muito no Terceiro Mundo. Apecebe-se no seio do M. F. A. uma viva curiosidade pelo que se passa no Terceiro Mundo.

ROSA COUTINHO — A respeito do Terceiro Mundo temos até uma tendência natural e histórica. Portugal sempre foi desde o século XIV uma ponte entre a Europa e o Terceiro Mundo. Gostaríamos de conservar esse papel, que consideramos histórico. Mas não esqueçamos que Portugal é essencialmente um país europeu. Está enquadrado neste contexto, as suas principais relações comerciais e culturais são com a Europa. O nosso comércio é com países europeus, à volta de sessenta por cento. A nossa tradição cultural é principalmente francesa, embora com bastante influência saadina sobretudo depois da Grande Guerra e estamos em contacto com muitos outros países, como por exemplo, a Itália com quem temos relações culturais, artísticas e económicas.

Nós somos realmente um país europeu.

É certo que temos sido, sobretudo, nos últimos tempos, talvez no último século, uma espécie de irmão pobre da Europa. Por vezes até sem nos reconhecerem o direito de governarmos a nossa própria casa. Isto é que nós não podemos admitir.

Por outro lado, temos uma vocação para o exterior derivada da nossa posição atlântica e pretendemos conservá-la. Sentimos que o nosso papel será de ligação da Europa com o Terceiro Mundo, ao qual nos ligam já laços de amizade, relações culturais também e um destino histórico. Neste aspecto pensamos ser úteis tanto à Europa como ao Terceiro Mundo.

P. — Portugal é ainda membro da NATO e Portugal já declarou que respeitará tal compromisso. É já uma escolha. Ficando dentro da NATO fica na área ocidental. A NATO é Ocidente.

ROSA COUTINHO — A tradição ocidental de Portugal é grande. A posição estratégica de

Portugal na Europa é essencialmente atlântica. As linhas que possuímos neste oceano, resto de um passado histórico que muito nos honra, transformam-nos numa potência atlântica. É exactamente, como potência atlântica que temos que nos conservar no mundo. Isto, porém, não impede as nossas ligações com o Terceiro Mundo. Quanto ao enquadramento na NATO, desde que esta seja realmente uma Organização defensiva de interesses europeus, Portugal nela se manterá como membro de direito e de facto. O Programa do M. F. A. declarou respeitar as alianças. O que não admittimos é que, pelo facto de sermos membros da NATO, tenhamos de seguir, na nossa política interna, caminhos ou vias que nos sejam impostos pelo exterior e que não correspondam aos interesses do povo português. Isso é passar para além do capítulo das alianças. Temos o direito de governar a nossa própria casa. E temos o dever de ser fiéis às alianças externas que contraímos. Acho que isto é perfeitamente compatível.

A influência do eleitorado

P. — Permita-me que volte às eleições. A orientação do eleitorado poderá de alguma maneira influenciar as linhas programáticas do M. F. A.?

ROSA COUTINHO — De certo modo sim. O Movimento das Forças Armadas sabe que este será

um primeiro teste, um teste que será até bastante incompleto. Não é ao fim de 50 anos de falta de democracia que, numas eleições feitas até com honestidade mas um pouco à pressa, os resultados vão dar uma indicação clara para todo o futuro. Será um primeiro teste, será um teste valioso. Será até uma forma de aprendizagem do povo português. Será a primeira vez, desde há meio século, que o povo português vai exercer os seus direitos. Será este exercício um primeiro ano de escola. Esperamos que após este

exercício o aluno saia formado? O povo português vai apenas começar a aprender a ler politicamente, mas não vai ficar doutor. Esperamos que com a continuação, como em qualquer país civilizado, isso venha a acontecer.

P. — De qualquer maneira o M. F. A. não olha para as eleições com ansiedade?

ROSA COUTINHO — De maneira nenhuma.

P. — Nada de substancial mudará?

ROSA COUTINHO — Nada de substancial.

Para Mário Soares:

O verdadeiro partido socialista já existe



EXPRESSO — Quais são as linhas essenciais da estratégia eleitoral do Partido Socialista?

MÁRIO SOARES — Os grandes temas da nossa campanha são basicamente três: o primeiro refere-se ao socialismo, à construção de uma sociedade socialista na qual o povo português veja resolvidos no mais breve prazo possível os seus problemas fundamentais. O segundo tema tem que ver com a defesa intransigente das liberdades a todos os níveis: liberdade política, eleições — não só para a Assembleia Constituinte como para as juntas de freguesia e as câmaras municipais —, liberdade de expressão do pensamento, liberdade de imprensa (compreendendo a luta contra a manipulação da imprensa, da rádio e da televisão, isto é, contra todas as formas sofisticadas de censura), defesa da liberdade religiosa, da liberdade sindical, da liberdade de criação artística, em suma. Finalmente, o terceiro grande tema da nossa campanha é a defesa intransigente da independência nacional. A este respeito, é sabido que Portugal tem alianças, as chamadas alianças tradicionais. Sabe-se que pertencemos à NATO. Ora, nós, socialistas, entendemos que não se devem pôr em causa neste momento essas alianças, sem prejuízo da preservação da independência nacional. É defender a independência nacional significa também fazer uma abertura ao Terceiro Mundo — particularmente ao mundo árabe e ao mundo africano —, de modo a estabelecer um traço de união entre esse mundo e a Europa, na medida em que nós somos, fundamentalmente, um país europeu.

Estas são as grandes orientações da nossa campanha. E entendemos

defendê-las através de um apelo à razão do eleitorado e não com base em intimidações ou coacções. Não somos um partido agressivo nem triunfalista. Para nós as transformações sociais devem processar-se sem convulsões, assente na igualdade democrática, no respeito para com a autoridade do Estado, mantendo a ordem pública e a paz civil entre os portugueses.

Por outro lado, o Partido Socialista é um grande partido popular, talvez o maior partido de massas português. Você que me tem seguido desde o início da campanha eleitoral em Faro, que me tem acompanhado através do Algarve, do Alentejo, e agora pelo centro e litoral do país, nos distritos de Castelo Branco, da Guarda, de Viseu, de Aveiro, de Leiria, tem tido ocasião de observar a entusiástica e impressionante adesão que as massas populares vêm manifestando ao Partido Socialista. Isto mostra que nós não somos apenas um grande partido de massas como desfrutamos de uma implantação extraordinariamente equilibrada ao longo das várias regiões do país, o que não se verifica com nenhum outro partido. Nas zonas rurais, nas zonas industriais, no litoral ou no interior do país, das regiões mais desenvolvidas às mais atrasadas o nosso Partido obtém a adesão espontânea e calorosa das populações. É por isso que somos um partido do povo, um partido de homens que trabalham, um partido que vai ao encontro do sentimento profundo das massas populares na medida em que tocamos os seus problemas reais e apresentamos um programa concreto para os resolver.

NATO e independência nacional

EXPRESSO — Um dos temas fundamentais da vossa campanha é a defesa da independência nacional. E embora se fale de aproximação com o Terceiro Mundo, lembro reparado que a tônica principal das vossas intervenções recaí sobre a ligação de Portugal à Europa. Ora, há quem afirme que a Europa está bem longe de constituir uma alternativa à política de blocos, que a chamada construção europeia — independente em relação a essa política de blocos — não passa por enquanto de um mito, na medida em que a maior parte dos países europeus se encontram enfileirados ao imperialismo americano. Por outro lado, há a questão da N.A.T.O. Ora, o Partido Socialista diz defender a independência nacional mas, por outro lado, defende a permanência de Portugal na N.A.T.O....

MÁRIO SOARES Quando se fala da Europa deve ter-se em conta, antes de mais nada, as realidades e não se ficar pela discussão de problemas ideológicos. Assim, as realidades são estas: quer nós queiramos quer não, pertencemos à Europa; quer nós queiramos quer não, participamos do mercado do trabalho europeu (porque temos um milhão de trabalhadores emigrados na Europa); quer nós queiramos quer não, a maior parte das nossas trocas comerciais fazem-se com a Europa. Estas realidades impõem que nós não possamos nem devamos, por razões de tipo ideológico, abstrair as nossas relações com a Europa. Ora, o Partido Socialista é porventura a principal força política portuguesa que pode assegurar e promover o estreitamento dessas relações.

Não se trata de nos libertarmos de um imperialismo para cairmos sob a garra de um sub-imperialismo. Mas o mundo em que vivemos é um mundo de inter-dependências. E nós seremos tanto mais respeitados, teremos tanto mais possibilidades de construir um interlocutor considerado internacionalmente, um traço de união entre o Terceiro Mundo e a Europa quanto mais formos um país europeu.

Sei que há quem manifeste apreensão pelo facto de a ligação de Portugal à Europa poder significar uma identificação do nosso modelo político com os modelos das chamadas democracias ocidentais. Compreendo que algumas destas preocupações possam ter razão de ser. Mas, para além das questões ideológicas, há que considerar as realidades existentes. Pois nós precisamos de defender os nossos trabalhadores que estão na Europa, precisamos da ajuda da Europa. E não nos podemos fechar à Europa sob pena de estarmos a realizar para Portugal um

Europa e Terceiro Mundo

socialismo de penúria e de miséria. Porque nós queremos o socialismo, mas não um socialismo de miséria.

Por isso, penso que, mantendo a independência nacional, podemos alargar e reforçar os nossos laços com a Europa e com o Terceiro Mundo, naturalmente. Não se trata de uma opção. Como já uma vez declarei ao **EXPRESSO**, não se trata de escolher entre a Europa e o Terceiro Mundo, trata-se de reforçar a nossa ligação com o Terceiro Mundo — e especialmente com África — a partir da realidade do país europeu que somos, o que nos permite estabelecer o traço de união Europa-Terceiro Mundo que já referi, sem prejuízo do sistema político que pretendemos construir e do avanço do nosso processo revolucionário. Ora, o Partido Socialista está em posição particularmente favorável para levar a cabo essa política.

Quanto ao problema da NATO, trata-se de uma questão diferente. Ora, como sabe, o Partido Socialista é contra a política de blocos e gostaria que Portugal se encaixinhasse progressivamente para uma política de não-alinhamento.

Simplesmente, nós temos uma visão realista dos problemas e sabendo-se que Portugal se situa no extremo ocidental da Europa, no cruzamento do Atlântico com o Mediterrâneo, não seria lógico nos separarmos, neste momento, da NATO. Isso não nos traria nenhum benefício, e, por outro lado, poderia causar problemas graves à «détente» na Europa. Ora nós consideramos fundamental para o próprio destino da Europa e do Mundo que se prosiga essa política de «détente». A nossa revolução não pode pôr em causa essa política e seria da nossa parte criminoso se o fizéssemos. Porque nessa política estão interessados a União Soviética, os Estados Unidos e todas as forças progressivas do nosso continente. Nesse sentido, a nossa saída da NATO, neste momento, poderia pôr em causa esse processo.

EXPRESSO — Na sua opinião, não seria, pois, oportuno que Portugal saísse da NATO neste momento. Mas isso levanta uma questão importante: até quando durará essa situação transitória? E se a manter-se a nossa vinculação à NATO — isto é, a uma política de blocos hegemonizada pelo imperialismo americano — não será posta em perigo a nossa própria independência e não ficará gravemente ameaçado o avanço do processo revolucionário em Portugal?

MÁRIO SOARES — Já lhe respondi numa forma concreta a essa questão. Nós somos partidários de uma política de não alinhamento mas pensamos, em contrapartida, que não é realista, neste momento, sair da NATO. De resto, desde o 25 de Abril até agora o Partido Socialista tem realizado que não se deve pôr em causa a nossa participação na NATO.

EXPRESSO — Mas uma vez que se ponha em causa a política de blocos, acha ou não acha que Portugal deverá sair da NATO?

MÁRIO SOARES — A nossa posição é de que, no bloco ocidental a que pertencemos, devemos seguir uma política e uma diplomacia diversificada, de forma a manter e salvaguardar a independência nacional e a

autonomia do nosso processo revolucionário. Isso, por exemplo, é possível num país como a Roménia, que pertence ao bloco soviético, mas cuja política de independência é bem conhecida. Por outro lado, no bloco ocidental, um país como a França, por exemplo, tem-se esforçado por manter uma política autónoma no plano internacional. Quero com isto dizer que é possível seguirmos uma política semelhante, sem pôr em causa toda a difícil construção da paz mundial que repousa no equilíbrio das relações entre as super-potências.

EXPRESSO — No entanto, ultimamente tem-se vindo a assistir a uma sequência de declarações de responsáveis da NATO, exprimindo apreensões sobre o processo político em curso no nosso país. Por outro lado, o facto de o Partido Comunista Português participar no governo parece ter já levantado algumas dificuldades quanto à presença do nosso país em reuniões importantes da NATO. Isso não poderia ser uma indicação de que dentro de certo tempo se venham a fazer pressões para que Portugal saia daquela organização, ainda que pretendesse continuar a ela ligado?

MÁRIO SOARES — A participação de elementos do Partido Comunista Português nos governos provisórios não tem levantado nenhum problema complicado relativamente ao Ocidente. Essa participação tem sido compreendida e aceite pelas potências ocidentais. Quero recordar-lhes que no momento em que fiz, logo a seguir ao 25 de Abril, o primeiro periplo pela Europa, ainda ao serviço da Junta de Salvação Nacional e antes mesmo de ser nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, expliquei aos elementos dos governos europeus com quem contactei — nomeadamente governos socialistas ou com participação socialista como o alemão ocidental, o inglês, italiano, os governos escandinavos, entre outros — que o Partido Comunista Português, ao entender do Partido Socialista, deveria estar associado, por direito próprio, ao processo revolucionário. E isso foi perfeitamente aceite por todos os países ocidentais, não tendo sido levantada qualquer objecção.

Entretanto, é certo que algumas reformas que foram feitas e, por outro lado, um determinado clima político criado em Portugal — que se reflecte na monopolização de grande parte dos órgãos de informação ao serviço do Partido Comunista — vieram suscitar um ambiente de certa inquietação nos países ocidentais.

Por outro lado, o Partido Socialista — além do MFA, a outro nível — tem procurado explicar qual é o verdadeiro objectivo da revolução portuguesa, que é a criação de uma sociedade socialista em liberdade, uma sociedade pluralista, criação essa que é nosso dever levar por diante e

Entrevista conduzida por Vicente Jorge Silva

de que não poderemos abdicar, devido a pressões externas. É evidente que determinadas forças reacçãoárias estrangeiras têm procurado criar um clima de hostilidade contra a nossa revolução, o que impõe, da nossa parte, uma política activa de neutralização dessas manobras.

Naturalmente, para além dessa campanha manifestam-se determinadas apreensões quanto à eventualidade de se vir a implantar em Portugal uma democracia dita popular, o que não poderia deixar de suscitar as maiores reservas junto de alguns dos nossos aliados progressivos do campo ocidental. Mas não é esse o caso. Nós estamos a criar uma sociedade socialista, mantendo o pluralismo e a liberdade. Estamos a construir uma experiência original na qual o Partido Socialista está profundamente empenhado. E acreditamos em que é possível conseguir para o nosso processo grandes aliados no mundo progressivo.

EXPRESSO — Há uma tendência que se desenha hoje no sentido de, em alguns países da Europa, se assistir, a prazo mais breve ou mais dilatado, à formação de governos com a participação dos Partidos Comunistas. Seria esse o caso da Itália, seria esse o caso da França — no caso de uma vitória da União da Esquerda — ou da própria Espanha. Por outro lado, há outros países europeus ou, pelo menos, mediterrânicos, que introduziram já, ou estão a introduzir, elementos novos no chamado equilíbrio tradicional da política de blocos. Há uma dinâmica que parece perturbar as regras do jogo até aqui dominantes. Nesse sentido, não acha que este conjunto de factores poderá vir a pôr em causa, dentro em breve, a própria política de blocos como a temos conhecido até aqui?

MÁRIO SOARES — Sempre estive convencido de que a Europa caminhava para o socialismo. E as transformações nesse sentido estão efectivamente em curso. Só que o socialismo nos países da Europa ocidental não terá evidentemente as mesmas características que assumiu e assume nos países do leste europeu. Há uma longa tradição, uma poderosa tradição democrática na Europa e é óbvio que o socialismo na Europa terá de ser um socialismo democrático, um socialismo em liberdade.

O Partido Comunista Italiano foi dos partidos comunistas da Europa ocidental que melhor o compreendeu. O Partido Comunista Espanhol também me parece tê-lo compreendido. Há o exemplo do «compromisso histórico» proposto pelo secretário-

-geral do P.C.I., Berlinguer, à Democracia Cristã — sobre o qual, porém, teve repercussões negativas, como se sabe, a suspensão das actividades do P.D.C. em Portugal. A este respeito, e independentemente da natureza diversa dos partidos da Democracia Cristã italiano e português, é um facto que esta suspensão serviu de pretexto a certos sectores democrata-cristãos italianos para abandonarem o congresso do P.C.I. e, pelo menos, adiar a realização do pacto proposto por Berlinguer.

Se em Portugal nós conseguimos construir um socialismo em liberdade, graças ao Movimento das Forças Armadas e à originalidade que o próprio M.F.A. confere à revolução portuguesa, estou certo de que não só obteremos uma vitória e um sucesso da maior importância como poderemos marcar uma viragem na Europa. No entanto, se repetirmos modelos alheios e cairmos numa forma de socialismo de tipo totalitário avançando para esquemas ditatoriais, não só teremos de nos isolar, digamos assim, numa espécie de campo marginal com arame farpado à volta, como também poderemos provocar a explosão de uma bomba de retardamento em toda a evolução europeia a caminho do socialismo.

As advertências que o Partido Comunista Italiano, o Partido Comunista Espanhol e, embora numa forma muito mais discreta, o Partido Comunista Francês, nos têm dirigido são avisos muito sérios para o nosso futuro e com os quais, pessoalmente, estou de acordo. Nós, como revolucionários conscientes, e como internacionalistas

que também somos, não podemos descurar essas advertências. Não se trata de renunciar a fazer a nossa revolução, sacrificando-a às estratégias dos outros. Trata-se apenas, de scilar uma estratégia global, de não pôr em causa a política de «détente» na Europa e de segurança europeia, contribuindo, sim, para impulsionar o processo evolutivo no sentido do socialismo, em todos os países da Europa ocidental.

EXPRESSO — Nessa perspectiva, acha que o avanço deste processo poderia finalmente levar a uma efectiva construção europeia — que hoje é considerada inexistente por largos sectores da esquerda —, permitindo o aparecimento de uma entidade nova que constitua uma alternativa ao bi-polarismo das esferas de influência existentes, de baixo do domínio das super-potências? E, a ser assim, considera que o processo revolucionário português poderá dar um contributo decisivo para a construção de uma Europa independente?

MÁRIO SOARES — Sem dúvida que sim. Se nós fizermos, como eu penso que vamos fazer, em paz, a nossa revolução socialista na liberdade, será uma experiência de vanguarda não só na Europa como no Mundo. Se conseguirmos resolver os nossos problemas, manter auxílios para rapidamente transformarmos a realidade portuguesa e elevar o nível de vida do nosso povo, poderemos contribuir, com a força do nosso exemplo, para modificar a relação de forças na Europa e dar um grande impulso ao avanço da paz, do progresso e do socialismo no mundo.

O PS perante o MFA

EXPRESSO — Passando agora para outro tema de grande oportunidade, como encara o alcance efectivo do próximo acto eleitoral, depois da institucionalização e reforços de poderes do M.F.A. — nomeadamente através do pacto com os partidos políticos — que se seguiu aos acontecimentos de 11 de Março? Acha que o significado das eleições passou a ser diferente, menor, do que era até então?

MÁRIO SOARES — Nós sempre defendemos que a institucionalização do MFA era um passo progressivo e que se justificava, no nosso caso, por termos sofrido 48

anos de fascismo e estarmos a sofrer as consequências de 14 anos de guerra civil. Se não fosse o MFA o processo revolucionário não teria andado para a frente como andou. O MFA tem sido, indiscutivelmente, o garante e o motor desse processo.

O MFA quer institucionalizar-se durante um período transitório até à consolidação da democracia e quer tornar essa institucionalização compatível com um regime democrático ou, se se quiser, pré-democrático, em que se mantenham as liberdades públicas e a actuação dos partidos e dos sindicatos. É no equilíbrio entre esses dois factores que se joga o futuro da democracia em Portugal. O M.F.A. é fundamental para

assegurar a continuidade do processo, o respeito pelas liberdades e pelas regras democráticas. Só que esse processo tem efectivamente de encaminhar-se no sentido da democracia e não da consolidação de uma ditadura militar ou mesmo de uma ditadura de esquerda ou de extrema-esquerda apoiada por sectores militares. Toda a questão reside no jogo desse equilíbrio. E o P.S. é uma peça insubstituível nesse mecanismo. Sem o Partido Socialista o equilíbrio seria rompido.

Penso que o MFA compreende que assim é e o Partido Socialista deve caminhar nessa via porque é aquela que pode conduzir mais rapidamente ao socialismo.

Um novo partido?

EXPRESSO — Numa entrevista concedida ao jornal francês «Libération», e que «A Capital» acaba de transcrever, o Almirante Rosa Coutinho manifesta-se favorável à criação de um novo partido político que pudesse servir de apoio ao M.F.A. e permitisse superar o bloqueio que por vezes se verifica no avanço do processo político devido aos confrontos partidários entre as forças representadas no governo. Que pensa desta proposta?

MÁRIO SOARES — Ainda não tive ocasião de ler a entrevista do Almirante Rosa Coutinho, o que naturalmente irei fazer com o maior interesse. De qualquer modo, há dois partidos políticos legalizados neste momento em Portugal — além dos outros, naturalmente —, que representam uma grande variedade de opções políticas e não vejo que espaço poderia preencher ou que alternativa efectiva poderia vir a constituir um novo partido. Parece-me efectivamente que os partidos já existentes — e que são já muitos — dão expressão a correntes de opinião muito diversificadas, para além das quais não encontro cabimento para mais um partido. A não ser que esse

novo partido fosse mais um satélite em relação a qualquer outro que já existe ou uma organização artificial sem programa próprio, sem uma alternativa política própria.

Entretanto, se o Almirante Rosa Coutinho se refere ao verdadeiro Partido Socialista, ou à criação do verdadeiro Partido Socialista como também já veio citado noutra entrevista daquele membro do Conselho Superior da Revolução (e entre parêntesis quero chamar a atenção para certas transcrições que os jornais estrangeiros fazem, pois muitas vezes essas transcrições atiraçam o pensamento dos que prestam declarações aos jornalistas — e, a esse respeito, penso que quando o Almirante Rosa Coutinho pretende dar a conhecer as suas posições ao país certamente que utilizará os meios de comunicação portugueses), pois se se trata do verdadeiro Partido Socialista eu quero esclarecer que o verdadeiro Partido Socialista é o existente.

Se se trata de outro partido, e como referi há pouco, não vejo que espaço político poderia preencher. Nós temos vários partidos marxistas-leninistas, à esquerda do Partido Socialista e do Partido Comunista. Será possível unificá-los? A experiência tem mostrado que isso parece fácil, pois esses partidos estão profundamente divididos por razões ideológicas.

Depois há o Partido Comunista.

Outro partido comunista é um partido — comunista — nós, socialistas, entendemos que não há que fomentar outros partidos-bis. O partido comunista existente preenche o seu próprio espaço político. Depois há o MDP, sobre o qual é conhecida a nossa posição. De qualquer modo, o MDP, enfim, luta por ter um espaço político, que se poderá situar entre nós, socialistas, e o Partido Comunista, na medida em que se coloca na posição de «companheiro de caminho» do Partido Comunista. Haverá espaço político no país para o MDP? E o que as próximas eleições dirão. Mas há outros partidos que se situam numa linha ora independente à esquerda ora imediatamente à direita do Partido Comunista, como sejam o M.E.S. e a F.S.P.. São grupos que não desfrutam de uma larga audiência nacional. Poderão fundir-se num partido diferente? Interrogo-me acerca dessa possibilidade.

Depois, há o Partido Socialista. E o Partido Socialista é um grande partido de massas, como sabe. Haverá pessoas que pretendem dirigir o Partido Socialista... O dr. Álvaro Cunhal disse há dias em Setúbal que o povo português estava muito preocupado com a orientação direitista da direcção do Partido Socialista. Pois é natural que o dr. Álvaro Cunhal tenha as

suas ideias sobre a forma como se deve dirigir um partido socialista. Mas a verdade é que quem dirige o Partido Socialista são aqueles quadros que foram eleitos democraticamente no nosso Congresso. E os dirigentes actuais do Partido Socialista são evidentemente os que os militantes da base do nosso partido desejam e não os que agradam ao Partido Comunista. Há tentativas veladas ou abertas para decapitar o Partido Socialista. É certo que existem. Há pessoas que gostariam de ter na mão um instrumento de massas tão importante como é o Partido Socialista. Haverá outros também que gostariam, talvez, de ter na mão um instrumento de massas importante e poderoso como é o Partido Comunista. Mas o Partido Comunista tem a sua direcção e o Partido Socialista igualmente tem a sua.

Depois, à nossa direita há o PPD. Será que poderia surgir-se um novo partido entre nós e o PPD? Também não me parece que haja grande espaço político para isso, visto que o PPD tem dado passos no sentido de encaminhar-se para a esquerda. Finalmente, à direita do PPD temos o CDS. Haverá aí espaço para um novo partido? Também me parece que não.

Em todo o caso, se se considera que há que criar um novo partido

ou proceder a fusões entre partidos existentes, eu penso que não tem pouco a ver com o mapa político, visto que em política as coisas são o que são e a geografia política é outra.

Entretanto, você disse-me que o Almirante Rosa Coutinho, na entrevista ao «Libertação», há um novo partido para apoiar o MFA. Ora, os partidos de coligação apoiam o MFA concretamente no nosso contexto evidente que o Partido Socialista apoia o MFA. Naturalmente não se trata de um apoio condicional, um apoio baseado numa aliança sistemática ao MFA, eu penso que uma aliança real que se fale uma linguagem verdadeira. A nossa aliança com o MFA é uma aliança forte, é uma aliança sólida que interessa às partes, que importa desenrolar sobretudo, clarificar.

Tem havido uma intensa actividade de intrigas para promover essa aliança entre o Partido Socialista e o MFA, eu penso que a intriga política tem suscitado grande futuro, as coisas não o que são e a realidade deste país impõe, futuro deste, impõe que o Partido Socialista caminhe para tratamento unido.

Divergências partidárias

EXPRESSO — De qualquer modo, o certo é que, conforme afirmava o Almirante Rosa Coutinho, tem-se assistido, em especial nos últimos meses, a um crescendo da polémica, dos confrontos — por vezes virulentos — de posições entre os partidos da coligação (sem falar, evidentemente, nos que não estão representados no governo), provocando, por vezes, situações de bloqueamento e de impasse no que se refere ao avanço do processo político em curso. Há quem diga mesmo que se não fosse a intervenção cada vez mais activa do MFA na vida política, Portugal seria um país ingovernável, atendendo ao plano destas divergências partidárias, que não permitiriam a constituição de uma plataforma de acordo mínimo,

com vista ao futuro.

Fundo a questão no plano eleitoral, para além até das próximas eleições para a Assembleia Constituinte, parece que nenhum partido poderia reunir sozinho uma percentagem de votos suficientemente elevada que lhe permitisse governar sem ter de recorrer a alianças. Ora, quando se fala de alianças, a interrogação que se levanta é esta: será possível coonstruir alianças, a não ser a título muito precário e transitório, com bases em tantas divergências e antagonismos? Se o problema não parece pôr-se de imediato, enquanto o MFA permanecer como motor do processo político, não será de prever que se venha a colocar com grande acuidade no futuro? E mesmo para já, no que se refere a certos aspectos dos trabalhos da Constituinte?

MÁRIO SOARES — Em primeiro lugar, é necessário não exagerarmos as divergências. Porque se há partidos diferentes tem de haver necessariamente divergências. Se não existissem divergências entre nós e o Partido Comunista não haveria nenhuma razão para não constituirmos um único partido. Há divergências ideológicas, divergências de concepção, mesmo de estilo, da forma como se encara o socialismo e a liberdade, por exemplo. E se essas divergências são efectivamente reais, de fundo, para lá delas também é certo que existem convergências. E o que é importante é fazer acentuar as linhas de convergência. Por outro lado também existe, o que é normal em democracia, uma certa emulação. É essa emulação é fecunda desde que não se transforme em combate

fratricida, porque pode ser um factor de dinamismo na sociedade portuguesa. Além disso, não se deve pensar, quando se verificam determinadas divergências partidárias, de resto inevitáveis, que o melhor a fazer é acabar com os partidos. É evidente que onde existe um só partido todo é aparentemente mais fácil, só que aí desaparece a liberdade. E onde morre a liberdade não há, -há la longue-, progresso.

Eu continuo a ser um firme partidário do pluralismo político e, por isso, as divergências não me afectam. Sobre tudo quando, para além dessas divergências, há grandes pontos de convergência que permitem emprender um trabalho em comum na direcção de objectivos perfeitamente delineados em comum. É nesse sentido que nos devemos entender

e definir sobre o projecto sociedade que vamos construir, objectivos da nossa revolução, meios que vamos empregar para atingir esses objectivos.

Quanto a uma coligação há pois existe uma coligação que no momento está no poder. Coligação deve-se aos estorvos MFA em reunir diversas políticas democráticas e independentemente das dificuldades que se têm verificado, o que é que os governos possam puderam sempre contar porque as divergências são sempre o interesse nacional, necessidade de manter processo pluralista. Pensa, tanto, que não há razão real para que ele se não mantere futuro, independentemente resultados das eleições.

Um projecto político

EXPRESSO — De qualquer modo, fica por definir o que se entende como plataforma de entendimento entre os partidos com vista ao futuro. Que pontos considera necessário aclarar e definir?

MÁRIO SOARES — É todo o problema do projecto político para a sociedade portuguesa nos anos que se vão seguir. Temos que definir o rumo, as metas a atingir, o sistema social em que vamos viver. É necessário que o processo revolucionário avance, que prossigam as reformas e as nacionalizações nos sectores industriais considerados básicos, é necessário abordar resolutamente a reforma agrária, temos de ver como podemos compatibilizar tudo isso com o sistema democrático, assegurando nomeadamente o pluralismo dos meios de informação que estão a caminho de em grande parte se transformarem em propriedade do Estado (é o caso dos jornais e algumas estações de rádio). Por outro lado, importa definir o tipo de estruturas que vamos criar para que os trabalhadores participem efectivamente no processo e não sejam apenas objectos — e aqui levanta-se o problema do modelo de gestão a adoptar nas empresas

nacionalizadas. Estes alguns pontos fundamentais sobre os quais o MFA e os partidos se têm de entender.

Além disso, é necessário assegurar a autoridade do Estado, definir os critérios da legalidade democrática e mantê-la efectivamente. É um dos grandes malefícios que podem afectar a nossa revolução deriva precisamente duma certa desordem, duma certa anarquia, dum certo anarco-populismo, como nós dizemos, que estão a atingir a sociedade portuguesa em todos os níveis. É preciso que exista uma legalidade e que essa legalidade democrática seja respeitada — e se não o for pois que haja energia para a fazer cumprir, salvaguardando sempre os direitos da pessoa humana, para nós sagrados.

Tudo isso constitui um plano vastíssimo que implica uma reestruturação global da sociedade portuguesa a todos os níveis: social, político, económico, etc. Por outro lado, temos de definir concretamente qual a política externa que vamos seguir, quais as alianças que vamos criar ou manter, quais os auxílios económicos que vamos solicitar. Eis alguns dos pontos essenciais do que poderíamos chamar o projecto da sociedade do Portugal novo que vamos reconstruir. Projecto que implica o estabelecimento de um

acordo entre o MFA e os partidos democráticos, mas um acordo entre o MFA e os partidos democráticos, mas um acordo que não poderá modificar-se de mês a mês ou de dois em dois meses. É necessário fixar normas e critérios de modo a que se possa criar um clima de confiança e de estabilidade. Vai existir na nossa economia um sector privado, pois é necessário que se definam os limites desse sector, que se dêm garantias aos que desejamos que nele participem, condição sem a qual não haverá desenvolvimento económico possível em Portugal.

EXPRESSO — No entanto, considera que esse projecto a que se refere já existe em parte ou ainda está por definir?

MÁRIO SOARES — Existia de facto um projecto, o Programa Económico-Social, mas depois do 11 de Março, com a nacionalização da Banca e dos seguros, alguns aspectos desse Programa tornaram-se condutos. É preciso, portanto, adaptar esse plano ou fazer um plano novo — mas fácil-lo. Temos de saber não só as medidas a tomar a curto-prazo, mas as próprias linhas de evolução do país a médio e a longo prazo. Isso tem de ficar definido para que finalmente possam ser mobilizadas as energias criadoras do novo povo. A incerteza gera a insegurança e a insegurança impede que se caminhe com rapidez e

firmemente no sentido revolucionário.

EXPRESSO — Na sua opinião, há que definir um programa fixo, consistente, para o futuro, mas até hoje temos visto que — certos avanços, — saltos para diante no processo revolucionário se fizeram em ruptura com alguns pontos importantes de documentos ou programas anteriormente existentes. É o caso do próprio Programa do M.F.A. e do Programa Económico Social. Quer dizer que os avanços, os progressos verificados — é esse o caso da nacionalização da Banca — puseram em questão documentos, planos e normas estabelecidas. Por outro lado, isso levanta outra questão acerca do que o Partido Socialista chama de «marco-populismo». Ora, há forças políticas de esquerda que consideram precisamente que a iniciativa popular é um motor fundamental do processo revolucionário, na medida em que as instâncias do poder não se encontram frequentemente à altura de, dentro de um enquadramento legalista, corresponderem às necessidades e exigências das massas populares. É esse o caso das ocupações de casas devolutas, da criação de clínicas e creches para o povo, etc.. Considera, portanto, que essas iniciativas são negativas e fustigadas pelo facto de não estarem

enquadradas por uma lei existente?

MÁRIO SOARES — Evidentemente que não tem importância e o valor da iniciativa popular dentro do processo revolucionário. As revoluções se fazem segundo esquemas cartilhões e eu confio no espírito iniciativa e de criatividade das massas populares. Simplesmente, uma coisa é a iniciativa popular outra coisa são os actos discriminados de violência e frequentemente temos vindo a assistir. É o caso desses e daqueles carnavais de violência com queima de livros, depredação em automóveis e em casas e outras manifestações semelhantes, que comprometem a revolução. É esse sentido que eu referia a necessidade de manter a legalidade democrática e de a respeitar.

Quanto ao projecto de sociedade em que estamos empenhados, eu é certo que nos encontramos no caminho de destruir o capitalismo monopolista que existia em Portugal. Trata-se agora de não se vamos construir, em seu lugar, um verdadeiro socialismo, mantendo a liberdade, a iniciativa das massas e a participação das massas nessa nova sociedade socialista, ou se apenas vamos substituir o capitalismo monopolista por um capitalismo Estado de fachada socialista.

Condições de entendimento segundo o PS

EXPRESSO — E nesse sentido, considera que será possível construir entre o P.S. e o P.C.P. um pacto, uma plataforma de entendimento, no sentido de um projecto de sociedade que exclua qualquer forma de capitalismo do Estado de fachada socialista como acaba de referir?

MÁRIO SOARES — Para que haja entendimento entre o Partido Socialista e o Partido Comunista são necessárias duas coisas: em primeiro lugar, que o Partido Comunista jogue lealmente o jogo da democracia, em segundo, que o Partido Comunista renuncie a querer ser ele a orientar o Partido Socialista.

Diz-se no congresso do meu partido, e isso ficou escrito, que se o Partido Comunista não jogasse

com sinceridade o jogo democrático isso poderia resultar numa traição para Portugal. É isso que eu faço ao Partido Comunista, à sua implantação, à sua força no país. Considero que não é possível construir uma sociedade socialista em Portugal nem contra nem sem o Partido Comunista. Mas também penso que não é possível construir essa sociedade recorrendo a modelos totalitários e ditatoriais e

eliminando as liberdades. O que significa que essa construção não será possível nem sem nem contra o Partido Socialista. É pois necessário não desesperar e chegarmos a um acordo, para além das divergências. O Partido Socialista tem-se esforçado por fazê-lo em todas as circunstâncias, apesar das dificuldades. Aliás, os actuais dirigentes do Partido Socialista são militantes anti-fascistas que têm uma longa

prática histórica de relações com militantes comunistas, mas bastante antes da criação do nosso partido. Conhecemos as forças de força existentes, temos uma perfeita noção das dificuldades das divergências, mas sabemos também que é possível criar uma ampla plataforma de entendimento a partir dos electos pontos de convergência, com todo o respeito mútuo.

PS, Partido

Social—Democrata ...

EXPRESSO — Alguns sectores têm acusado o Partido Socialista de ser hoje um partido social-democrata, de os seus dirigentes serem social-democratas. Por outro lado, tem-se vindo a verificar que um partido que se reclama expressamente da social-democracia, como é o PPD, aparece hoje identificado com algumas palavras de ordem e temas comuns ao Partido Socialista.

MÁRIO SOARES — Só por má

fé se pode pretender que o Partido Socialista é um partido social-democrata. Basta ler o nosso programa, basta conhecer a nossa actuação mesmo anterior ao 25 de Abril, para se concluir que as nossas posições são mais avançadas do que as de qualquer outro partido socialista europeu. Nós temos dito, repetido, insistido que a social-democracia não tem aplicabilidade em Portugal. E nesse sentido demarcamo-nos de uma forma inequívoca em relação ao PPD. O PPD defendeu durante largo tempo que a única via que

havia para Portugal era a via da social-democracia. No entanto, se bem compreendi dos excertos publicados nos jornais, o discurso que o dr. Francisco Pinto Balsemão fez há dias no concílio do PPD no Campo Pequeno parece indicar que, agora, há que actualizar esse conceito e essa crença tão firme na social-democracia. Mas esse é um problema do PPD, não é um problema do Partido Socialista.

As nossas bases são constituídas por trabalhadores, não somos um partido de intelectuais burgueses

que se reclamam do marxismo, nem somos um partido de intelectuais ou de tecnocratas avançados que descobriam o marxismo e falam em nome da classe operária durante todo o tempo mas que na sua grande maioria não são operários nem têm operários nas suas fileiras partidárias. Porque nós somos um partido efectivamente forte em zonas industriais, de grande concentração operária, zonas até ao 25 de Abril, tradicionalmente dominadas pelo Partido Comunista.

Além disso, o Partido Socialista, de alto a baixo, com a direcção, que aliás foi livremente eleita no Congresso de Dezembro

As tentativas que têm vindo a ser feitas no sentido de dizer que a social-democracia é que a base do partido rejeita essa pretensa orientação social-democrata, não passam de manobras que visam, em primeiro lugar, a decapitar a direcção do Partido Socialista para depois fazerem dele um campo de manobra dos outros partidos.

...Ou partido marxista?

EXPRESSO — O Partido Socialista diz-se um partido marxista. Ora Marx prevê a tomada do poder pelo proletariado de forma violenta e a sua constituição em nova classe dominante contra a burguesia, antiga classe

exploradora. Daí a necessidade transitória, segundo Marx, da ditadura do proletariado como fase transitória para a futura sociedade sem classes, a sociedade comunista. Ora, tanto quanto se pode depreender, o Partido Socialista faz uma análise bastante diferente da questão.

MÁRIO SOARES — Nós pensamos, como Marx, que a luta de classes é o motor da História. Só que o marxismo não é para nós um dogma, uma escolástica. Para nós, o marxismo é um método de análise que se enriquece com as conquistas da ciência, particularmente da ciência

económica, da tecnologia, conquistas que não poderiam ter sido conhecidas no tempo de Marx. Na nossa perspectiva actual, em Portugal, a classe operária tem aliados naturais que nós entendemos que devem ser associados ao processo revolucionário e não empurrados para a contra-revolução. É o caso dos

trabalhadores rurais, dos pequenos e médios cultivadores, do funcionalismo, dos intelectuais, dos quadros, por exemplo. Quanto à ditadura do proletariado, não aceitamos a inevitabilidade desse conceito como fase necessária à passagem ao socialismo.

Spínola e o 11 de Março

EXPRESSO — Passando agora à questão ainda escaldante do 11 de Março e da posição do ex-general Spínola, como vê o processo e actuação do antigo presidente da República desde o 25 de Abril para cá? Como explica a participação de Spínola no golpe contra-revolucionário? Pensa que Spínola se passou de um campo para o outro? Lembra-me de que,

pouco tempo depois do 25 de Abril, o dr. Mário Soares, numa entrevista ao «Nouvel Observateur» dizia ter confiança em Spínola.

MÁRIO SOARES - Não penso que seja este o momento mais azado para fazer uma análise da evolução política do ex-general Spínola. E bastará que lhe diga que nunca fui spinolista, nem antes do 25 de Abril, nem depois do 25 de Abril, nem quando ele era Presidente da República nem quando deixou de o

ser. Politicamente, a acção do general Spínola mereceu-me sempre bastantes críticas. Durante a primeira fase do processo de descolonização como elementos do MFA ligados a esse processo sabem muito bem, estive quase sempre em oposição ao ex-general Spínola, excepto quando do seu célebre discurso de Julho (relativo ao reconhecimento do direito à independência das colónias), que mereceu, de resto, uma grande

manifestação de apoio promovida pelos partidos da coligação.

A acção do ex-general Spínola no 28 de Setembro é, para mim, mal conhecida visto que, como se recorda, estive ausente do país durante esse período, nas Nações Unidas. Quanto à sua acção no 11 de Março é, para mim, completamente absurda. Que o ex-general Spínola se deixou contaminar por elementos reacçãoários e serviu para polarizar

toda uma oposição ao governo provisório e ao MFA é a prova evidente, todos o sabem.

Nunca mais vi o ex-general Spínola desde que partiu para as Nações Unidas no princípio de Setembro de 1974. Ele tem um papel histórico na fase anterior ao 25 de Abril. É incontestável. Mas a sua actuação política desde o 25 de Abril foi sempre desastrosa e saldou-se numo catástrofe para o País.

Para Francisco Balsemão:

“É necessário descobrir novas formas de viver em sociedade”



EXPRESSO. O seu discurso de domingo passado no Campo Pequeno causou alguma surpresa. Ele parece marcar uma viragem na expressão pública do PPD, nomeadamente quando afirma:

-A revolução deixou de ser uma palavra para passar a ser um facto. Não podemos entrar em saudosismos cegos pela perda, pelo menos a curto ou a médio prazo, da democracia formal com que sonhámos... E neste contexto do que é e não do que deveria ser que temos de analisar a existência do Partido Popular Democrático...

Pode considerar-se que o PPD subscreve, todo ele, as suas afirmações e que as reconhece como tomadas de posição do Partido ou será o seu discurso expressão de uma tendência dentro do PPD?

FRANCISCO BALSEMÃO — Em primeiro lugar, no nosso Partido há sempre uma certa liberdade de cada um dizer o que entende, nos seus discursos embora haja uma certa disciplina, claro. Por outro lado, já no pacto MFA-Partidos a posição do PPD vai numa linha de aprovação geral da proposta. E sem -um mas...- Ou seja, nós não estamos de acordo com determinados pontos mas aceitamos a proposta do Conselho da Revolução atendendo às circunstâncias concretas da situação histórica, isto sempre dentro do sentido de que esperamos que esta seja a atitude que conduza à democracia política em Portugal.

EXP. — Algumas das críticas apresentadas pelo PPD foram retidas pelo Conselho da Revolução?

F.B. — Não. Aliás nenhuma outra o foram, se exceptuarmos dois ou três detalhes de pormenor. No que toca aos aspectos fundamentais, o MFA tinha uma vontade muito clara de fazê-los aceitar. Tratava-se para os partidos de aceitar ou não aceitar. Nós aceitámos.

EXP. — Portanto, retomando a minha primeira pergunta, todo o PPD está de acordo em passar a dar um franco apoio ao MFA reconhecendo que o que está para trás está para trás...

F.B. — Sim, no que diz respeito aos dirigentes. Aliás, um aspecto que nós focámos, foi a impossibilidade de consultarmos as bases num espaço de tempo tão curto e isso teria sido importante. Mas o projecto foi-nos entregue quarta-feira à tarde e a nossa resposta teve de entrar 48 horas depois. Fizemos o que pudemos, eu próprio falei com muitas pessoas e a opinião quase unânime foi a de aceitar, atendendo à situação histórica presente como referimos no documento que é a nossa declaração de voto.

EXP. — Pensa portanto que se pode dizer que tanto as bases como as cúpulas do PPD estão de acordo em aceitar o pacto do MFA...

F.B. — Penso que chegámos a um ponto em que a democracia formal está ultrapassada...

O MFA, poder paralelo

EXP. — Pode concretizar a sua ideia?

F. B. — O impacto revolucionário, sobretudo com a embalgem do 11 de Março, criou uma situação de facto, uma realidade que é a «independência» do MFA. Ele criou, em relação às forças políticas aquilo que o comandante Leitão chamou «os poderes paralelos». Acho que é preciso encarar isso como uma transição, não o próprio pacto fala de «período de transição». Estamos numa fase inter-regimes e no começo do regime onde vamos entrar é fundamental que as pessoas que fizeram a revolução, que apontaram determinados objectivos e que têm o poder real para a implementar, actuem decisivamente nesse processo. Caso contrário o que acontecerá é um pouco aquilo a que se tem assistido: as guerras entre os partidos, um governo que não funciona, a economia num estado desgraçado e vários outros problemas, não é só o económico. Nesse meu discurso, na segunda parte, eu refiro quatro problemas que me parecem de urgente solução.

EXP. — Ao falar da impossibilidade da democracia formal, isto é, a expressão, o período menos a curto ou a médio prazo o que implica que considera que o actual processo conduzirá even-

tualmente a essa por si desejada democracia?

F. B. — Poderá conduzir. Mas penso também que neste fim de século XX as pessoas andam todas à procura de novas formas de estar, de viver em sociedade... Não suporto dizer que Portugal terá descoberto a tal «via original» mas quero dizer que o facto de termos levado um grande safoão ao fim de 48 anos de um regime, nos poderá permitir talvez com maior liberdade e independência procurar uma nova forma de organização política que não seja obrigatoriamente a democracia formal. Eu pessoalmente continuo a não ver nenhuma melhor, mas pode ser que haja. Portanto, para além das razões fáticas, há também uma razão de carácter digamos filosófico: dar às pessoas tempo para elas pensarem o que querem.

EXP. — Quando diz que a democracia já não é possível e «talvez não fosse desejável» acentua essa linha. Mas eu pergunto: acha que ela teria sido possível se, se, desde logo as coisas se tivessem passado doutra maneira pensa que se teria podido passar do regime anterior para uma democracia burguesa de tipo ocidental?

F. B. — Isso hoje é uma discussão académica. Por isso eu falo em saudosíssimos estrêns... Mas o que é certo é que o MFA, os oficiais mais radicais que fizeram o 25 de Abril, se lhes tivessem falado há um ano em sufrágio indirecto para a eleição do Chefe de Estado, davam «bons saibos». Veriam nisso um prolongar do regime anterior. O que quer dizer que todos nós, incluindo os militares, tivemos uma visão que se foi alterando à medida que a revolução se foi consolidando. Passou-se da fase do golpe de estado para a consolidação de um processo revolucionário. Para umas pessoas, esta tomada de consciência foi rápida, para outras foi-se lentamente.



Democracia directa e democracia formal

EXP. — O facto de ter escolhido o exemplo do sufrágio indirecto dá a entender que na sua opinião sufrágio directo e democracia estão necessariamente ligados. Ora ainda recentemente Sartre comentou essa forma de expressão da vontade popular, considerando que há outras mais perfeitas e directas: a do sufrágio por pequenos grupos. Qual a sua posição a esse respeito?

F.B. — Vejo nisso o perigo de se cair num novo corporativismo. A democracia orgânica do Estado corporativo pretendia precisamente eliminar os inconvenientes da eleição directa «um homem, um voto». Tal como disse há bocado a respeito da democracia formal, não vejo forma melhor que o sufrágio directo. Mas, repito, estamos na boa altura para descobrirmos uma via original. Para isso é preciso que as pessoas possam conservar a sua liberdade. — individual acima de tudo e também colectiva. Ora não vejo melhor maneira de a pessoa manifestar a sua liberdade individual do que através do seu voto.

EXP. — O Sartre defende o voto, mas o voto «situado» no local onde a pessoa se sente bem, se reconhece e portanto se exprime autenticamente e não forçada, condicionada por um contexto que a ultrapassa.

F.B. — Trata-se de encontrar um método, uma forma de o fazer que não nos deixe cair na pseudo-democracia do regime corporativo. O Sartre também não apresenta soluções muito concretas. O princípio está certo, mas foi à sombra desse princípio que se cometeram grandes atropelos à liberdade não só aqui mas também em Itália etc.

Um partido de quase todos os partidos

EXP. — Que lhe parece a proposta de Rosa Coutinho de um partido de todos os que apoiam o MFA?

F.B. — Não vejo aí a ideia de um partido único, vejo antes a concepção da necessidade de um trabalho muito maior, em profundidade, entre as Forças Armadas, responsáveis pelo processo revolucionário, e os partidos políticos que, embora representando diferentes correntes ideológicas, poderão — alguns deles, pelo menos — fazer um esforço de síntese.

EXP. — Não vê na proposta de Rosa Coutinho nada de novo? Acha que é apenas o prolongamento de uma maneira mais coerente da coligação que já existe?

F.B. — A novidade é ser um passo em frente e feito por um militar.

EXP. — É capaz de concretizar o que é esse passo em frente e em que medida ele é aceitável para si?

F.B. — Há dois aspectos. Um é



o facto de os militares, apesar da independência — que é um facto — mostrarem que precisam dos partidos políticos e entendem que é necessário formar um determinado partido político com essas características; outro é de entenderem que, além de necessário, é possível. Rosa Coutinho (terço que fala em nome pessoal e não em nome de todos os militares, mas seja como for...) reconhece que é possível unir todas as correntes que pretendem um determinado lance progressista, mantendo as liberdades e o pluralismo, sem, no entanto, deixarem de fazer uma leitura de esquerda, sem deixarem de caminhar para um socialismo. Ai podem-se incluir muitas correntes mas julgo que não se podem incluir todas. Não sei se haverá

alguma ideia de modelo argentino, lembro-me muito do Bourguiba, ultimamente, não sei.

EXP. — Que correntes, quanto a si, não poderiam incluir-se nesse «partido»?

F.B. As que poderiam incluir-se seriam uma franja (larga) do PPD, uma franja larga do PS... admitiria uma franja do MDP, ali não comunista, gente do ex-MES, inclusivamente pessoas da extrema-esquerda que não estão válidas e que poderiam ser utilizadas... etc. E depois, num outro partido, o PC...

EXP. — A Oposição...

F.B. Acho que tudo depende de como esse partido se formaria. Se for feito democraticamente, se resultar de uma adesão das bases, estou absolutamente de acordo. Se for imposto, já não. Embora haja um motor que tem de ser o MFA. Uma coisa é ser o motor, outra coisa é fazer uma imposição. A promoção da ideia do MFA está certíssima, até porque o MFA está consciente que não é possível manter indefinidamente o poder que tem neste momento. E preciso torná-lo civil, «civilizá-lo». Para se civilizar precisa de determinadas correntes. Essas correntes não podem aceitar uma decisão de cúpula, é preciso fazê-las aderir.

O programa do PPD ultrapassa o PC pela esquerda

EXP. — Perante tudo o que tem vindo a dizer, gostava de lhe perguntar: até que ponto pode o PPD sem deixar de ser o PPD. Ou seja, quando se trata de legalidade revolucionária, quando o MFA como poder «paralelo» se sobrepõe aos partidos, quando surgem certas limitações — eventualmente auto-impostas — de liberdades fundamentais... até onde pode o PPD sem perder a sua personalidade própria?

F.B. — Para além do PPD ter agora de seguir a sua linha programática própria admitindo alguns blocos setoriais, em virtude da situação histórica presente, — para além disso há um aspecto muito importante: é haver em muitas pessoas o que parece ser uma má vontade que consiste em não acreditar no que é escrito no nosso programa. Há muita gente que diz «se realmente aquelas

andar apavorados. Reconheço a luta de classes, o espírito de classe bancário renasceu... Bem, mas afastei-me. Dizia eu que o programa do PPD é o que lá está escrito. Se as pessoas não querem bases programáticas fossem assim mesmo, ultrapassavam pela esquerda o PC». Tudo o nosso ataque ao capitalismo de Estado, toda a insistência na participação do trabalhador na gestão da economia como melhor forma de «controlo» político do capitalismo de Estado (que é uma outra forma de capitalismo), pode incluir-se na opção socialista da revolução. A propósito da nacionalização da banca, os únicos reparos que fizemos foram dois: um o de não ter sido decidida democraticamente, o outro uma advertência para que não se redundar num capitalismo de Estado e por isso creio que fomos o partido que mais insistiu na participação na gestão dos sectores nacionalizados dos trabalhadores. O que se verifica agora é que as classes têm toda a culpa e os trabalhadores reconheceram a ver... será preciso esclarecê-las, e

esse o trabalho que nós temos andado a fazer. Sobrevidas em relação ao poder militar.

EXP. — Quando no resumo das vossas Bases Programáticas, dizem a certa altura:

«Nós somos a Democracia-que contém poder, ser essa expressão relativamente a outros partidos que se apresentam como tais?»

F.B. — Bem, isso é uma afirmação ideológica, clara...

EXP. — Isso significa que é menos rigorosa?

F.B. — Não. Nos vários às eleições, portanto entendemos ser o partido em que as pessoas devem votar.

EXP. — Mas que isso dizer se consideram mais democráticas que o PS, por exemplo?

F.B. — Acho que somos mais realistas em relação ao «controlo» da economia, por exemplo. E esse tipo de realismo é importante quando se fala de democracia. Não é só impor esquemas importados, é realmente actuar de acordo com as realidades portuguesas. Não é tanto uma questão de mais ou menos, é melhor ou pior democracia.

Terceiro Mundo e Europa

EXP. — Outro aspecto «sensacional» do seu discurso foi a insistência na opção tercermundista da Portugal. Pode explicar melhor a sua ideia?

F.B. — Há agora uma ocasião única para afirmar uma independência nacional e para redefinir a identidade deste país. Isso para um país que é pequeno e que está em via de desenvolvimento passa por dois caminhos: um, o da Europa, outro, o do Terceiro Mundo que não são incompatíveis, como muita gente pensa. O da Europa é porque geopoliticamente estamos na Europa, porque há um milhão de portugueses que optaram pela via europeia muito antes do 25 de Abril, e também porque, em termos de independência internacional, uma Europa unida parece fundamental politicamente como serena a força, força de contenção entre os dois imperialismos. Mas esta ligação à Europa não exclui uma outra ao Terceiro Mundo. Primeiro porque temos relações históricas, como se sabe (os árabes construíram parte da sua história conosco). Além

disso, e atendendo a que fueros uma descolonização com uma dignidade, uma rapidez, uma eficiência que nenhum outro país conseguiu, penso que ligando o nosso passado histórico ao nosso presente histórico podemos ser um parecer digno de muitos países do Terceiro Mundo, alguns dos quais até dão cartas ao Mundo actual. E até têm dinheiro para investir neste país. Tecnologia, não a terão mas a tecnologia compra-se. Finalmente, em relação aos países de expressão portuguesa, há ligações não apenas de carácter económico mas também cultural que é legítimo e desejável que se mantenham. Há portugueses lá que nos obrigam, não a envolver paternalistamente mas a envolver a melhor maneira de manter boas relações com esses países. Angola vai ser um grande país. Não podemos abandoná-la, não só por causa das pessoas que lá estão mas devido aos valores culturais que foram desenvolvidos ao longo deste tempo todo, bem ou mal... Vejo as nossas relações em termos de iniciativas positivas de política externa, que nos apóiam num não-alinhamento...

EXP. — Não poré isso o problema da opção em relação às nossas alianças com a América?

F.B. — Não sei porquê. Somos um país pequeno, precisamos do apoio de todos. Se nos notos com coisas, em vez de orgulhosamente nós, ficaremos tristemente nós...

EXP. — Mas a América é que pode fazer-nos optar... Pode pôr-nos contra a parede.

F.B. — Acho que, atendendo ao perigo de vertigem ideológica, devemos manter-nos ligados a várias opções. Mas se for caso de nos porem contra a parede, prevalecem os mais fortes. Mas há muitos países onde a América tem excelentes relações — a caso da Jugoslávia, por exemplo — que no entanto mantêm uma posição muito dura em matéria de não alinhamento.

EXP. — É realista pensar em nós mesmos termos?

F.B. — Talvez não seja no imediato. Mas acho que organizações como a NATO têm de ser, contudo, não apenas a pensar. Por exemplo o caso da União mediterrânea. E o caso da Turquia e de Chipre mostra que a própria Aliança do Atlântico se resolve em termos de política mediterrânea há a presença americana, há a presença soviética, mas há uma série de nações a tentar políticas de autonomia que há uns anos seriam inconcebíveis...

Votar em branco, é votar em quem?

EXP. — No vosso Círculo denunciou-se, o voto em branco. Por outro lado, a hipótese de tal voto é aventado com frequência por elementos do MFA em declarações públicas e em sessões de esclarecimento, a ponto de alguns o interpretarem como um desejo implícito de que muita gente opte por ele. Dizem alguns que o voto em branco é um voto no MFA.

Qual é a sua interpretação do voto em branco?

F.B. — Considero que ele representa a renúncia a um direito sagrado do cidadão que tem como consequência o fazer o jogo das pessoas a quem não interessa jogar. Acho que ninguém deve votar em branco. O MFA parece-me aliás ser claro quando ainda no Boletim de ontem diz que as pessoas devem esclarecer-se mas se não estiverem esclarecidas então é melhor votar em branco do que não votar. Essa identificação que

se faz agora à entre o voto branco e o voto no MFA parece-me forçada, falsa e perigosa.

EXP. — O PPD ficou depois desta última remodelação com um Ministério importante: o dos Assuntos Sociais. Gostaria de saber o que encara como prioridade neste campo. Não apenas linhas programáticas mas prioridades no acto.

F.B. — Isso sugere que perante ao Jorge Sá Henriques e ao Carlos Macedo que sei que têm já planos de reestruturação mas eu não conheço os interesses...